

REVISTA DE ANIMAÇÃO
SÓCIO - CULTURAL

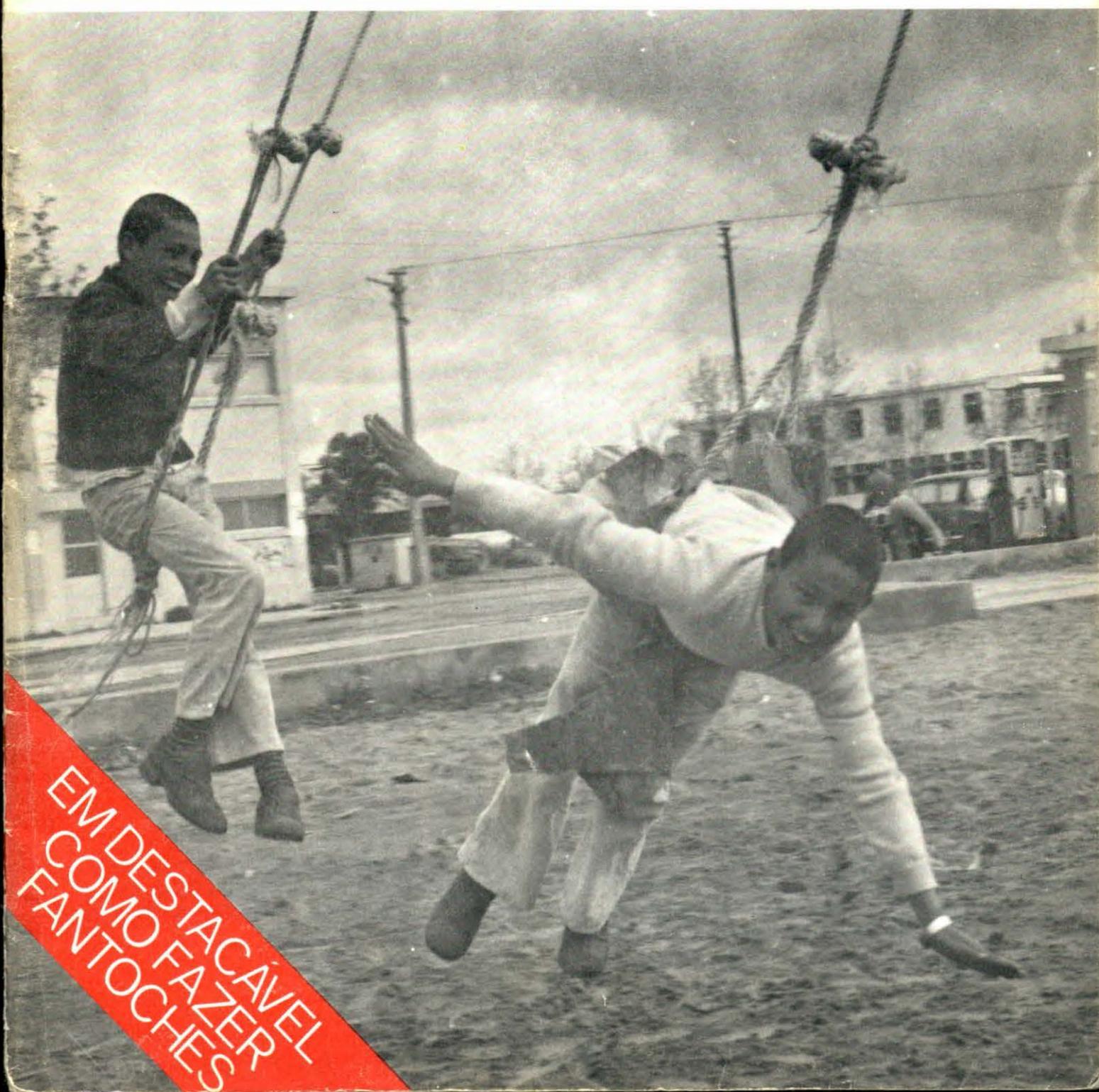
Nº - 2

MARÇO

1977

15 \$00

INTERVENÇÃO



EM DESTACÁVEL
COMO FAZER
FANTOCHES

MELHOR SERÁ CONVENCER OS GOVERNOS CENTRAIS E LOCAIS QUE A ANIMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL É UM DOMÍNIO DE ACTIVIDADE DUMA IMPORTÂNCIA POLÍTICA E SÓCIO-ECONÓMICA PRIMORDIAL A QUAL OS GOVERNOS DEVEM APLICAR UMA POLÍTICA PRECISA SERVIDA PELOS RECURSOS SUFICIENTES E POR UMA ESTRUTURA INTEGRADA DE ORGANISMOS MINISTERIAIS.

J. A. SIMPSON

CONSELHO DA EUROPA



SUMÁRIO

EDITORIAL	2
POR UMA POLÍTICA CULTURAL	3
ANIMAÇÃO DESPORTIVA	4
ANIMAÇÃO QUE TEMOS	5
OFICINA DA CRIANÇA	
ACTIVIDADES DE FÉRIAS	
FANTOCHES	7
PEDAGOGIA E ANIMAÇÃO	8
ALFABETIZAÇÃO E ANIMAÇÃO	9
SÓCIO CULTURAL	
CENTRO SOCIAL OS TRABALHADOS	10
SOCIAIS, A COMUNIDADE EM	
QUE SE ENCEREM	
RESPOSTA AO D. G. DO FAOJ	11
OS AMIGOS ESCREVEM	12

INTERVENÇÃO É uma revista mensal, de animação sócio-cultural, que sai no fim do mês, tem uma tiragem de 3 000 exemplares. É dirigida por LUIS MARTINS, também proprietário. A redacção é composta por: JOAQUIM F. PEREIRA, LUIS MARTINS, PAULO POIARES E RODOLFO P. JESUS. O arranjo gráfico é de JOÃO FONSECA como apoio de LUIS HENRIQUES, TERESACAMPANHA E ZÉ MOREIRA. No secretariado da redacção HELENA P. JESUS, ISABEL GUERRA e MARIA DO CARMO. O sector administrativo está a cargo de JORGE MORGADO A redacção é no Largo do Martim Moniz, edifício do Amparo, 1º andar, Telefone 864056, e o apartado nº 21064 Lisboa - 2, é composta e impressa na Nova Força, Rua Saraiva de Carvalho - 1-A, chega a todo o país através da Distribuidora de Informação Geral. Custa cada número Esc:15\$00, mas mais vale a assinatura semestral ou anual, respectivamente: Esc: 75\$00 e Esc: 150\$00. Todos os artigos são da responsabilidade dos seus autores.

TORIAL EDITORIAL EDI

Costuma dizer-se «quem corre por gosto não cansa» no entanto, não queremos fazer uma corrida solitária. Daí que a explicação das razões que nos levam a correr e a solicitação do vosso apoio seja uma das nossas preocupações.

Quando no editorial do número anterior, afirmámos que *Intervenção* surge pelo esforço de um grupo de animadores não foi dada qualquer informação acerca das verdadeiras condições em que é feito esse esforço. Ora, essa informação parece-nos importante e, como tal, vamo-nos debruçar sobre ela por uns momentos.

A primeira questão que gostaríamos de esclarecer — e sobre a qual muitos de vocês já terão pensado — é a do modo como é feito o financiamento da revista.

Um pequeno subsídio do FAOJ — Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis — que nos é concedido «em fatias» cada uma das quais nos é dada, depois da publicação de cada exemplar, permiu-nos arancar com a iniciativa.

De qualquer modo, face aos inúmeros encargos a que uma iniciativa deste género tem de fazer frente e, à necessidade de a médio prazo conseguirmos a necessária independência económica não basta o referido subsídio.

Outra questão — que se liga, de certo modo, à da independência económica — é a das nossas condições de trabalho. A equipa de colaboradores é o em regime de amadorismo. Nenhum de nós recebe — ao momento — qualquer vencimento ou ajuda de custo. Todos nós temos as nossas actividades e só nas «horas vagas» nos dedicamos à preparação de cada número.

Esta situação — acrescida ao facto de nenhum de nós ter qualquer experiência deste tipo — é responsável por certas insuficiências e defeitos que se possam notar no aspecto gráfico e no atraso da revista, entre outros.

Ultrapassarmos esta fase depende de nós e da vossa resposta efectiva, que nos permitirá encontrar a «audiência» e o espaço que ocupamos, assim como, a independência económica necessária a vós mais altos e seguros.

Com estas informações queremos, apenas, que nos conheçam melhor.

Dizer-vos que não somos profissionais da informação. Que, para nós, *Intervenção*, é um meio de que nos servimos, enquanto Animadores, para entender com vocês, a realidade e as tarefas da Animação Cultural.

É só termos razão de existir, se soubermos ser a mesa à volta da qual todas estas questões sejam equacionadas e discutidas. Politicamente. Com critérios de qualidade e exigência definidos que não presuponham a discriminação partidária arbitrária na selecção e escolha do nosso conteúdo.

É, pois para o diálogo que pedimos a tua colaboração. Não te demitas de participar colaborando, para além da assinatura e divulgação, em artigos técnicos e teóricos, descrição e crítica de experiências, elaboração de estudos e levantamento das carências e necessidades de determinada zona, etc....

Não queremos ser uma obra de um grupinho com viseiras nos olhos. Procuramos, sim, ser uma obra colectiva, com consequências práticas.

Um encontro para os que procuram através do diálogo e da prática contribuir para a construção duma sociedade justa.

Num futuro próximo pretendemos alargar o âmbito das nossas iniciativas com a organização de ciclos, colóquios, seminários e exposições onde serão analisados aos mais diversos níveis e das mais diversas formas as questões relacionadas com a Animação Sócio-Cultural.

Para todos estes projectos tu és importante. Contamos contigo para a escolha do nosso caminho, para a definição do nosso campo de acção e para o isolamento do joio que possa surgir na caminhada.

A TUA COLABORAÇÃO É INDISPENSÁVEL

Porque *Intervenção* perde o sentido se não for um meio ao teu serviço e de todos que por esse país fora estão empenhados num trabalho de animação sócio-cultural.

Porque se não a divulgares e não a assinares ela corre o risco de não sobreviver.

Porque é preciso que se criem grupos de apoio que lhe dêem significado, enviando as informações e trabalho que se efectua em cada região, e que a divulgam arranjando assinantes.

Porque todas estas tarefas, e outras que inventes, são precisas fazer já hoje. contacta-nos!

«POR UMA POLÍTICA CULTURAL»

Contribuição para uma análise global

POLÍTICA CULTURAL, PORQUÊ?

O fascismo mais do que um sistema económico e político é um sistema que gera uma determinada ideologia que impõe, e que o vem legitimar e fundamentar, enquanto sistema social e político.

Assim se o fascismo foi derrubado, a sua ideologia, a sua «cultura» continua a persistir, quer por formas explicitamente fascizantes, quer através de opções e comportamentos que até ao nível do quotidiano são visíveis e susceptíveis de serem dissecados.

Assim se neste momento em Portugal, algumas conquistas significativas foram conseguidas nos aspectos económicos — salário mínimo nacional, aumentos salariais, diminuição do leque salarial* — se algumas diferenciações de ordem económica foram atenuadas, continua a existir um grande fosso de ordem cultural. Assim as classes que até aqui nada possuíam, se até agora alguns melhoramentos tiveram em aspectos económicos, pouco ou nada beneficiaram em matéria de cultura.

UMA POLÍTICA CULTURAL, UMA POLÍTICA DE ANIMAÇÃO SÓCIO CULTURAL

Não só em Portugal, mas em toda a Europa** em que os responsáveis governamentais ou municipais se preocuparam com o nível cultural da população, verificaram que os processos tradicionais de divulgação cultural, isto é, a criação de um leque variado de opções — mais e melhores, peças de teatro, concertos, espectáculos de bailado, colóquios, exposições artísticas, etc. —, não só não vem diminuir o fosso cultural entre a população, entre as diferentes classes sociais, como ainda o vem alargar e estraficar, pois quem usufrui destes benefícios são os que normalmente já são privilegiados em matéria de cultura; quem vai ver os bons filmes, os bons concertos, os bons teatros, são aqueles que normalmente têm acesso à cultura, é no fim de contas a elite cultural.

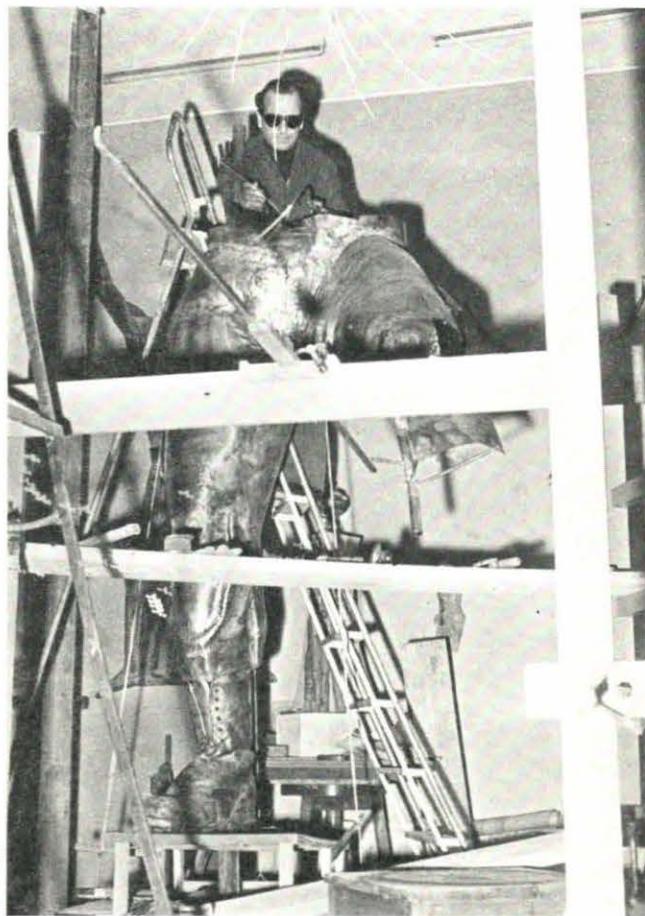
A animação sócio-cultural, apresenta-se assim como a alternativa na linha de atenuar, e eliminar no futuro, a tremenda clivagem cultural existente, pressuposto para um assumir colectivo duma vivência e participação democráticas, para a participação colectiva na construção duma sociedade, dirigida e ao serviço dos trabalhadores, duma sociedade socialista.

A ANIMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL, COMPONENTE ESSENCIAL NA CONSTRUÇÃO DUMA SOCIEDADE NOVA

É claro, que a animação sócio-cultural assume-se no despoletar das capacidades colectivas, sem o que uma sociedade no caminho para o socialismo não passará dum *bleuff*.

O espírito criador e inovador das massas populares e trabalhadoras, o acreditar e jogar a fundo nas suas capacidades transformadoras é, no fim de contas, o estar a jogar no futuro, num futuro de paz, progresso e independência.

Daí que a animação sócio-cultural não seja uma metodologia cultural estática e elitista, para se assumir enquanto provocadora duma consciência actuante que torne o homem capaz de adquirir critérios para perceber o que o rodeia, condição prévia para a sua subseqüente transformação. «A realidade só pode ser modificada se o homem descobre que ela o pode ser, e que pode sê-lo por ele!»



Daqui também a importância social e política, da descentralização, no saber que a gente de Trás-os-Montes pode resolver os seus problemas melhor que os melhores técnicos e especialistas nos seus gabinetes em Lisboa.

É perceber em que medida a descentralização tem de ser uma medida política, mas explicar que isso é também economicamente importante e rentável, é perceber problemas como a independência a nível energético, as pequenas centrais disseminadas ou a central nuclear, as energias alternativas, a qualidade de vida, a poluição, a preservação do ambiente, etc., etc.

POLÍTICA CULTURAL, SIM!

É evidente pelo que dissemos, que uma política cultural não é uma medida isolada, não se fala em projectos culturais a quem tem fome, e se exigimos uma planificação cultural, ela terá de ter em conta também uma planificação económica.

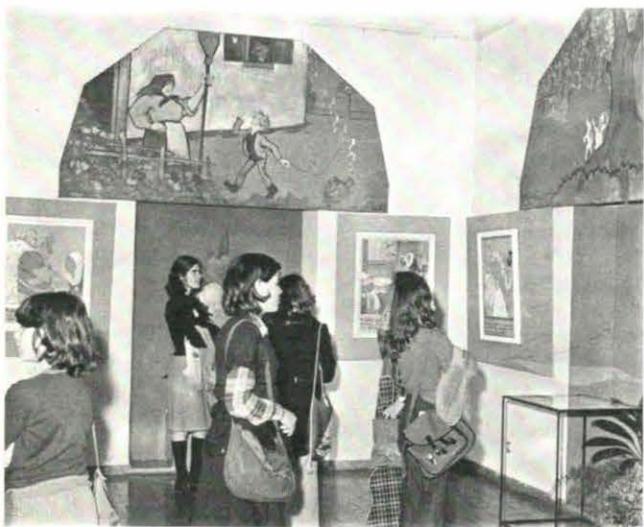
Não há dúvida que compete ao Governo a definição destas políticas (Política), mas há já dados a nível europeu**, que podem ser analisados criticamente à luz da realidade portuguesa.

As medidas culturais tomadas entre nós foram sempre pontuais, de resposta a situações localizadas e nunca houve uma planificação global a nível nacional.

Como se disse atrás, para se transformar é preciso conhecer, e se isto se aplica à consciência dos homens, é evidente que também a uma planificação cultural, tem que conhecer a realidade cultural portuguesa (que não a de Lisboa, entenda-se).

Qual a oferta e a procura a nível cultural em Portugal?

Quantos cinemas, teatros, associações de cultura popular, bibliotecas municipais e outras, feiras de artesanato, etc. existem?



Aonde, quem lá vai, com que frequência?

O Conselho da Europa levou a efeito em 14 cidades da Europa**, um estudo exaustivo (durante um ano), sobre estes dados; cinemas, número de reuniões e palestras, reuniões públicas de partidos políticos, bailes, associações de caridade e humanitárias, representações de teatro profissional, sociedades de diversão e tempos livres, sociedades culturais, exposições artísticas de pintura, escultura, fotografia etc., concertos de orquestras municipais, outros concertos clássicos, ligeiros, jazz, etc., filmes e peças de teatro (de que tipo), clubes de jovens, centros culturais, bibliotecas, outras actividades culturais organizadas, feiras do livro ou de outras actividades artísticas e culturais, etc., etc., quantitativo existente, onde estão localizadas, quem lá vai, com que frequência?

Para Portugal poderíamos acrescentar entre outros, grupos de danças, bandas (cantos populares), grupos de folclore, etc., todo um sem número de actividades culturais tradicionais, que podem ser inventariadas e de que o povo é depositário por esse país fora.

Só estes dados estatísticos, permitirão posteriormente lançar uma planificação com base no que existe, mas dando a cada uma destas unidades culturais, uma característica extrovertida, dando-lhes um sentido parcelar nessa planificação, articulando-os entre si de modo a formar um todo coerente.

As entidades oficiais perderiam assim, a sua resposta pontual para avançarem para uma iniciativa cultural globalizada, tendo em conta as necessidades das populações, e ouvindo-as à cerca das decisões subseqüentes.

Porque estas questões não são tecnocratas, e não pensemos que depois destes dados, haverá uma solução pretensamente objectiva, para a cultura.

Para já impor-se-à uma questão de prioridade, num país como o nosso, não será com certeza possível arrancar em todo o sítio ao mesmo tempo. Ter-se-à talvez de avançar prioritariamente, em Trás-os-Montes ou talvez no Algarve, ou talvez no Alentejo, ou na Beira, ou em Lisboa, isto exige discussão e porquê, daí a necessidade deste estudo ser feito (e não como alguém disse pelo INE), terão de ser animadores – que neste momento não têm estatuto profissional, sindicato, segurança de emprego, etc., que é outro problema a encontrar-se no anterior. Implica esforço e depois dos dados e da experiência obtida, a definição da estratégia cuja decisão não poderá ser feita em gabinetes duma maneira cupulista pretensamente técnica e objectiva. Só assim será possível ultrapassar a situação de «livre mercado» em matéria de cultura, os pequenos «tascos» de animação que tremelitantemente com um subsídio agora outro depois, deixados à arbitrariedade dum organismo subsidiador qualquer, assim vão aguentando umas actividades que se fazem aqui, sem saber porque não ali, dirigidas a estas pessoas sem saber porque não àquelas.

Interessa para finalizar, que a animação sócio-cultural não seja mais um meio para que os cultos fiquem mais cultos, mas sim que seja um meio posto ao serviço dos trabalhadores, com vista à criação duma cultura nova, que sirva pelo menos tão bem os trabalhadores quanto outras serviam a burguesia.



* Não esqueçamos que estas conquistas estão a ser progressivamente neutralizadas pelo aumento do custo de vida.

** Projecto das 14 cidades, Conselho da Europa.

ANIMAÇÃO DESPORTIVA

– Objectivos

A. Paula Brito*

* professor de Educação Física, psicólogo.

No artigo anterior tentámos fazer uma rápida aproximação ou introdução aos problemas práticos da Animação Desportiva, entendendo o Desporto e a Actividade Física como Actividades Culturais, referindo conceitos de Animação e Animador e abordando o problema do «meio» em que pretendemos intervir, das «motivações» e «interesses» dos indivíduos, e, muito levemente, o problema da «pedagogia da Animação Desportiva». Ao leitor mais desprevenido terá imediatamente surgido uma pergunta: – quais os objectivos da Animação Desportiva? Serão os mesmos da Educação Física e Desportos ou, como se usa dizer, da «Actividade Física Orientada» ou ainda, da «Educação pelo Movimento»?

Antes de passarmos a uma tentativa de «definição do campo» da A.D., torna-se necessário fazer uma breve referência aos citados OBJECTIVOS. Num trabalho realizado em 1973/74 tentámos, através de consultas, entrevistas individuais e de grupo, tratamento de textos, etc., coligir, num pequeno trabalho, a opinião de teóricos, técnicos, críticos, estudiosos e, sobretudo, do «público em geral», sobre os objectivos da Educação Física (entendida na expressão mais lata de Desporto e Actividade Física não-laboral). Num resumo forçosamente breve e incompleto, enunciámos os principais «títulos» ou «áreas» detectadas chamando a atenção para o facto de que a ordem porque são apresentados não significa maior importância ou prioridade, e que o trabalho constitui uma recolha e síntese e não uma opinião ou teses pessoais.

1 – *Factor Anátomo-fisiológico*: o senso-comum atribui à Educação Física uma finalidade prioritária de «fazer bem», embora de forma não muito expressa («mais saúde», «mais resistência», «mais força», «melhor atitude corporal», ou «mais elegância», muitas vezes centrada no simplismo de «emagrecer», «tirar barriga», «criar músculos», «defender-se bem», etc., etc.) vindo o factor fisiológico a surgir posteriormente ao anatómico, devido à evolução das Ciências Biológicas, nomeadamente das aplicadas ao trabalho e à fisiologia e treinos desportivos.

2 – *Factor Estético*: parte da já referida concepção *morfológica*, passa pela *dinâmica* (capacidade de execução de formas esteticamente mais evoluídas), evolui através dos aspectos *criativos* (capacidades ou disponibilidades obtidas através de uma prática orientada e progressiva) e permite atingir e concretizar novos níveis de «expressão motora», e, «diálogo corporal», sem esquecer outras formas como «convívio estético com a natureza e meios naturais, formas, cores, objectos, etc...».

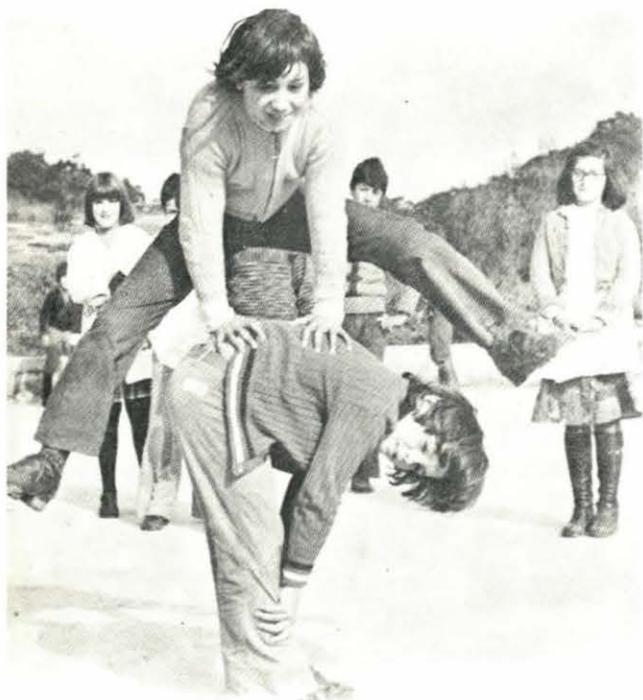
3 – *Factor rendimento-habilidade*: expresso na possibilidade de obter maiores níveis de rendimento (performance) ou de execução. «Correr mais depressa ou mais tempo», «resistir a maiores esforços ou realizar iguais tarefas com menor dispêndio de energia», «executar o que a maioria não consegue, destacando-se igualmente», «vencer (e derrotar) os que se pretendem emparelhar ou opor», ou «desenvolver e apurar capacidades que, existindo potencialmente, não têm possibilidades de exteriorizar-se, concretizar-se e estabilizar-se sem que sejam criadas condições concretas e científicas para que tal se verifique».



4 – *Factor evolutivo e de adaptação*: apoiado no progresso das ciências de educação, nomeadamente na psicologia genética, evolutiva ou das idades, e nos conhecimentos e experiências no domínio da aprendizagem psico-motora, que permitiu à E.F. adequar a sua acção às características de cada idade, sexo, região, condições sócio-económicas, etc., e dispôr de meios para obter a confirmação científica dos resultados obtidos, corrigindo os seus processos de actuação-intervenção, através de um controlo, um «circuito de retorno», que determina a relação entre os estímulos fornecidos e as respostas obtidas.

5 – *Factor espectáculo-profissão*: controverso e contestado, mas real, a nível mundial, embora a sua graduação e utilização mercantil se distribuam num largo espectro: desde o «espectáculo-convívio» em que indivíduos também praticantes, ou familiares, habitantes de uma mesma zona, companheiros de escola e de trabalho, etc., assistem à prática desportiva; o «espectáculo-divulgação-motivação» em que se pretende divulgar modalidades e incentivar a sua prática a nível de massas; até ao «espectáculo competitivo-agressivo» em que pode ir, de simples disputas regionais a grandes confrontos internacionais, tendo o resultado como objectivo fundamental e logo, o factor vitória-derrota-classificação, e que envolve as massas de «puros-espectadores» num processo misto de alienação e sentimentos alternados de afirmação e frustração; ou ainda o «espectáculo-comércio» que se resume estritamente em obter rendimento a partir da exploração de modalidades desportivas.

6 – *Factor prazer*: forma hedonística susceptível de crítica, mas que assenta na motivação, embora complexa por vezes, e cuja realidade é inegável, pois se a actividade não conferir prazer ao seu praticante este não prosseguirá.



7 – *Factor afirmação-de-si*: ligado em parte ao anterior, presente nomeadamente nos praticantes mais jovens, e que, quando não exacerbado, pode contribuir para a auto-confiança, para a compensação pessoal-social e para a evolução equilibrada da personalidade, sendo susceptível de orientação progressiva para factores de ordem grupal-social, no sentido de uma evolução equilibrada do egocentrismo natural.

8 – *Factor correcção-recuperação*: visando, através de actividade física adequada (especial) a correcção e recuperação de deficiências congénitas e adquiridas, cuja graduação pode ir das simples deficiências de atitude ou funcionais até à recuperação de acidentes, deformações, deficiências graves, etc., inclui também factores de nível psicológico e social e mesmo patológico.



9 – *Factor compensação e manutenção*: através do qual se procura contrabalançar o sedentarismo e a especialização profissional nociva, visando também obstar ao declínio das capacidades psicofisiológicas que a idade, a inactividade física, a má alimentação, as poluições de vária ordem, etc., provocam no Homem. A sua acção vai desde a juventude até à «terceira idade», numa comutação íntima com os factores socio-político-económicos.

10 – *Factor psicológico*: impossível de dissociar dos restantes mas por vezes esquecido no conjunto dos objectivos da Educação Física. Sendo o Homem um «todo», é evidente que o factor «físico» está intimamente ligado ao «psíquico», mais visível ao nível da coordenação, rapidez e perfeição das respostas (comportamentos), auto-controle e domínio corporal, conhecimento e relação com o binário «espaço-tempo», etc.. Este factor tem vindo a integrar-se devido ao desenvolvimento das ciências afins à Educação, por vezes com um destaque ou predomínio exagerados, como é o caso da importância quase exclusiva atribuída à Psicomotricidade. O seu valor é, no entanto, inegável, e é necessário chamar a atenção para os resultados obtidos ao nível da aprendizagem, sobretudo nas idades mais baixas, onde o movimento aparece como elemento dominante na aquisição de uma mais correcta relação com o mundo envolvente e com os outros.

11 – *Factor «moral»*: normalmente imbuído de conceitos filosóficos, éticos e mesmo religiosos, e que surge, ao longo da História, como significativo de certas formas de intervenção e organização da Educação Física, a qual se integra deste modo num conjunto normativo geralmente estabelecido – em cada país ou sociedade – pelas forças dominantes e determinantes do processo educativo, e é frequentemente desacompanhada de dados científicos.

12 – *Factor cultural*: desde longa data afirmado por diversos autores e escolas, tentando penosamente a sua aceitação, concretizada apenas ao nível «estético» e «espectacular», ou vagamente tolerado como uma «cultura de corpo», ou, mesmo recusado ou ignorado. Só uma «perspectiva cultural democrática» da Educação, explicitada e posta em prática, pode fazer sentir a toda uma população que a «cultura física» existe como integrante do fenómeno cultural global.

13 – *Factor social-grupal*: cuja consciência está ainda, entre nós, pouco desenvolvida, desconhecendo-se quanto a Educação Física e Desportiva pode contribuir decisivamente para as relações inter-pessoais, para a compreensão e desenvolvimento das relações intra-grupais e intergrupais, pela via de um conjunto de situações em que o indivíduo é colocado e que vão desde o «reconhecimento do outro» até à «consciência de grupo», passando pelo exercício e compreensão das diversas funções e papéis assumidos no grupo.

14 – *Factor político*: todo o acto é político e a Educação é, seguramente, dos actos mais políticos. Por isso é necessária uma clara definição dos seus objectivos e a integração destes num processo global e colectivo. A enumeração feita visa apenas mostrar a amplitude das suas acções e meios, assim como certas formas de aplicação e utilização e aspectos conceptuais.

O que urge é estabelecer, através de trabalho colectivo, profundo e consciente, quais os objectivos e meios de intervenção a empreender, integrá-los numa perspectiva socio-política, e empreender acções imediatas e científicas, anulando de uma vez para sempre a ideia obsoleta de que ciência, cultura, e política são coisas diferentes, independentes ou até incompatíveis.

Resta acrescentar que a dispersão e marginalização (ou o dogmatismo fácil e superficial) em que a Educação Física tem vivido, não tem mais sentido na fase actual da vida e do processo político português.

Como situar a Animação Desportiva face a este conjunto de Objectivos (e dizemos conjunto porque já afirmámos o seu carácter de globalidade)? A tentação seria, seguindo a enumeração, considerar os factores:

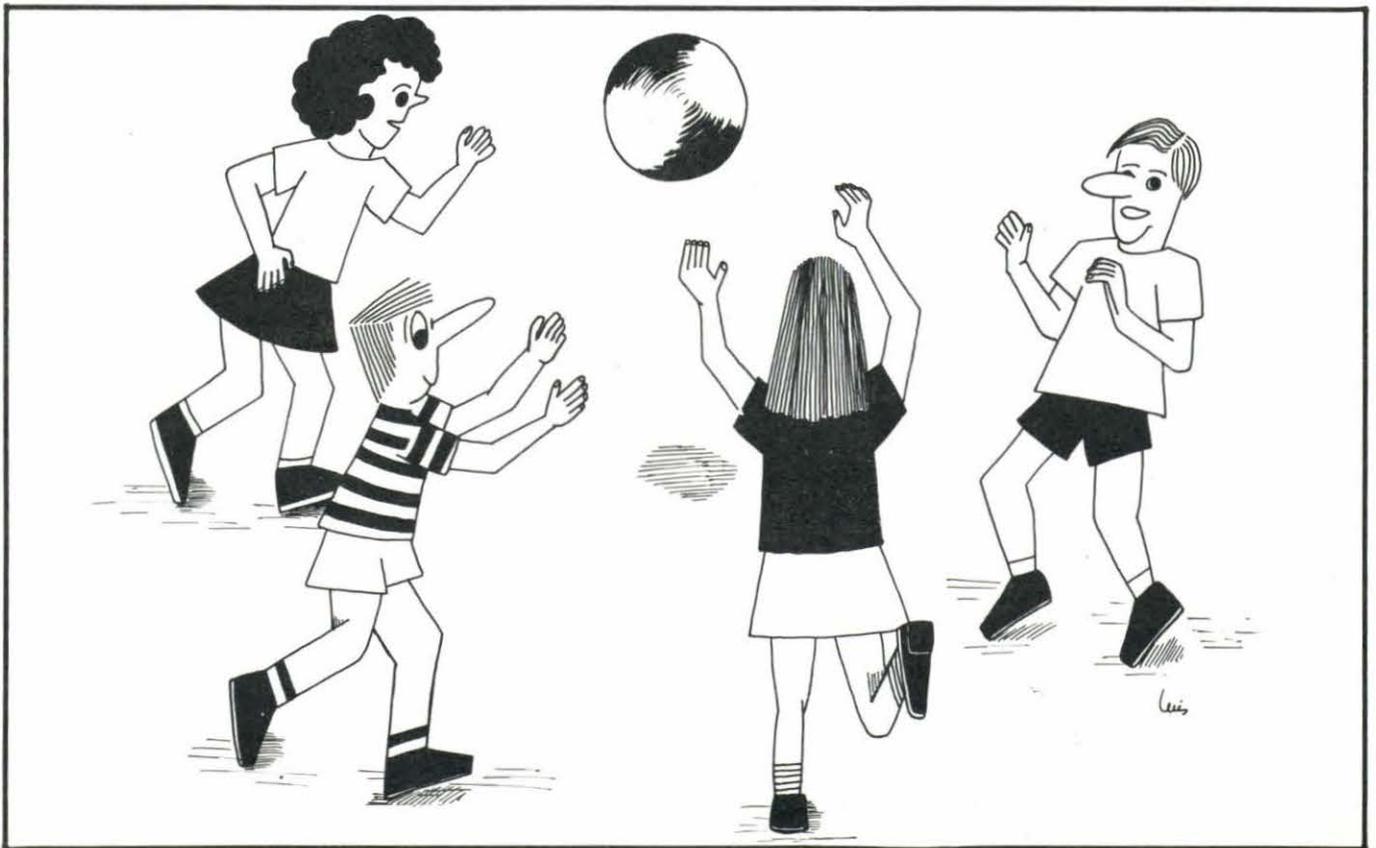
- 2 – Estético
- 6 – Prazer

- 9 – Compensação e manutenção
- 10 – Psicológico
- 12 – Cultural
- 13 – Social-grupal

E evidentemente o 14 – político (integrante), como os fundamentais. Ou porque não, apenas os 2 – Estético e o 12 – Cultural o que nos daria imediatamente um cómodo aval de inofensivos mentores de inofensivas simpaticamente inúteis actividades, dignas de subsídios e bolsas várias, a «bem da cultura», ou ainda tendência muito frequente e quase sempre bem intencionada reduzir a Animação desportiva aos factores 6 – Prazer e 13 – Social-grupal, em que o saudável divertimento e uma «formação social» que visa principalmente a compreensão das funções de grupo, é tentada através de técnicas desportivas simplificadas e atraentes. Foi esta, aliás, durante largo tempo a intenção da «iniciação desportiva» praticada entre nós em escolas e clubes. E poderíamos continuar a fazer combinações várias destes factores na certeza de não conseguirmos cobrir todos os casos conhecidos.

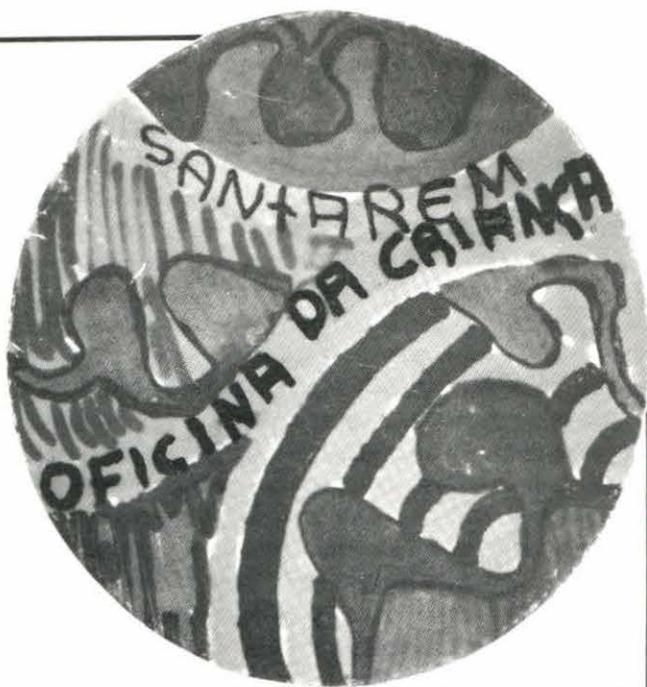
É evidente que a perspectiva política deve ser a definidora e integrante dos objectivos prioritários e, logo, dos meios utilizados. Portanto a A. D. passa por uma correcta conceptualização da Animação Sócio-Cultural e integra-se nesta contribuindo com a especificidade dos seus processos e técnicas. Porém, é necessário resistir à tentação «idealista» de desprezar ou simplesmente analisar levianamente as possibilidades e limites de que cada situação real oferece.

Tentaremos em seguida focar algumas realidades objectivas, passe a redundância, começando pelo factor etário.



A ANIMAÇÃO QUE TEMOS

OFICINA DA CRIANÇA SANTARÉM



Uma prática sócio-educativa a analisar e reflectir

Os promotores da Feira Nacional da Agricultura em 1975, criaram um pavilhão-creche, onde todos os pais poderiam deixar os seus filhos, facilitando-lhes assim a visita ao certame. Surgiu desta maneira, um Salão de Artes Plásticas e Sessões de Pintura Infantil que, devido à «necessidade da criação urgente de um atelier, que servisse as crianças de Santarém com uma certa periodicidade, garantindo um contacto constante da criança com a arte», veio a dar origem à Oficina da Criança. O plano inicial era mais ousado, pretendendo «criar ateliers-escolas abertos a todos aqueles que desejassem trabalhar ou que vissem o seu interesse pela arte despertado, permitindo-lhes contacto com ela, suas técnicas e seus problemas específicos», numa tentativa de «recíproca abertura arte-povo, fundamental na expansão da cultura e eliminação de élitismos culturais».

Devido, principalmente, à falta de instalações, este projecto não avançou, esperando por melhor oportunidade.

A Oficina iniciou em 1 de Agosto de 1975 as actividades de pintura e modelagem, com crianças dos 3 aos 12/13 anos. Os Animadores da Oficina, cedo se aperceberam, dada a heterogeneidade etária das crianças e o seu elevado número (em fins de Agosto seriam cerca de 80), que seria impossível realizar um trabalho minimamente válido. E é a partir do interesse manifestado pelas crianças em empregarem novas técnicas e iniciarem novas actividades, que se verifica «uma divisão mais acentuada entre os vários grupos etários, que lentamente foi afastando os mais novos (até aos 8 anos)», à medida que o trabalho se desenvolvia. Avançam assim para a Pintura Colectiva, para o Teatro e para os Fantoches. A necessidade de cenários, adereços e de uma barraca para os fantoches, deu origem à carpintaria. «A partir desta situação, que se caracterizou, quer pela solicitação feita pelas crianças, quer pela introdução de várias tecnologias pela equipa de Animadores (cinco elementos), alargou-se o trabalho

nesta oficina – cestaria, colagens, tapeçaria, gesso, gravura em vidro e linóleo, trabalhos em couro, esmaltes, máscaras, cabeçudos, soldagem, olaria e velas. Além destas técnicas, foram feitas durante todo o ano (1976), experiências de livro vivo, elaborou-se um jornal de parede e organizou-se uma biblioteca». De referir, que estas actividades surgem «encadeadas» pelas próprias crianças, quer pela sua progressão e aperfeiçoamento, quer até pela adaptação às circunstâncias climatéricas – é o caso, só como exemplo, das colagens e tapeçaria surgirem no Inverno, em alternativa à actividade anterior (cestaria), que exigia que a criança permanecesse com as mãos dentro de água.

«Em paralelo aos trabalhos dentro da Oficina, foram feitos, desde passeios diversos a locais de interesse (Escola Zootécnica Nacional, Cooperativa S. João, Casa dos Patudos em Alpiarça, etc.), até a deslocações junto de vários grupos Culturais e Desportivos (Associação Académica de Santarém, Associação Cultural e Desportiva de Ribeira de Santarém, Grupo Cultural os 11 Unidos, no Entroncamento), que pretendiam iniciar actividades culturais e educativas com crianças e que nos solicitavam com o fim de que a Oficina fizesse essa dinamização. Estas sessões foram constituídas



por projecções de filmes, pintura colectiva e individual, modelação e representação de fantoches. Por curiosidade, lembramos que as crianças do Grupo de Teatro de Fantoches da Oficina da Criança, quando numa actuação numa associação, depois da repetição da representação da peça e de uma improvisação com as crianças que assistiam, resolveram, pelo enorme entusiasmo causado, oferecer a barraca de Fantoches e fantoches, para que as crianças dessa localidade, formassem o seu próprio Grupo de Fantoches».

Colaboraram também, na Festa de Natal dos filhos dos trabalhadores da Junta Nacional dos Vinhos, com uma representação de Fantoches. Exposições de pintura e colagens, acompanhadas de sessões de pintura livre, tiveram também lugar nos mais diversos locais, fora de Santarém.

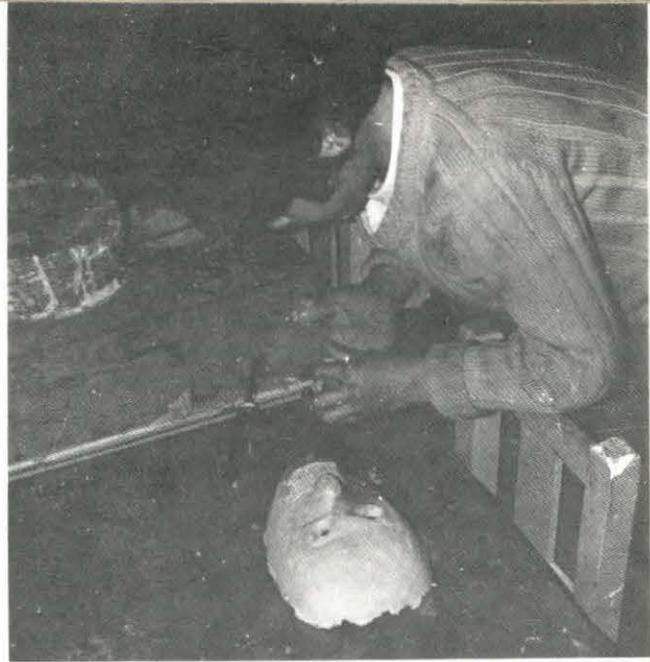
«Possuimos uma Exposição que está à disposição de todos os grupos que a solicitarem, contendo trabalhos de pintura, colagens, tapeçaria, barro cozido, gravura, cabeçudos, fantoches, cestaria, velas, trabalhos em couro, etc».



«Pelo Carnaval, foi organizado um coretejo, cujas fantasias e cabeçudos foram totalmente feitas pelas crianças. Este cortejo motivou um grande movimento na cidade, provocando assim, a um grande número de pessoas o conhecimento da existência da Oficina. Por altura da Feira Nacional da Agricultura (1976) proporcioná-mos a outras crianças de escolas do Distrito de Santarém, além de uma visita acompanhada à Feira, um espectáculo de Fantoches e sessões de Cinema de Animação».

Curiosa também a atitude de um grupo de crianças da Oficina, já que daí se pode dar conta do grau de participação delas nestas actividades: aquando do começo da representação do Teatro de Fantoches dirigiram-se aos responsáveis da cabine de som da Feira, pedindo-lhes (sendo atentas, diga-se...) para apresentarem e divulgarem a todos os visitantes o começo da representação. Aconteceu ainda, que durante esse espectáculo, as crianças, por iniciativa exclusivamente delas, começaram a pedir dinheiro às pessoas que assistiam, para ajudar a Oficina.

«Sim, elas perguntam muitas vezes donde vem o dinheiro?!... Preocupam-se com a própria sobrevivência da Oficina. E nós até chegamos a encarregá-las de irem elas próprias, comprar os materiais necessários

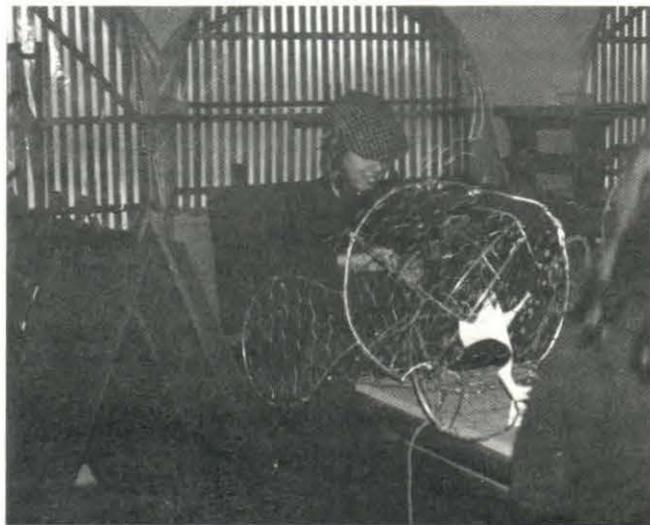


às actividades, para que se apercebam bem que tudo é caro e que não devem desperdiçar».

Uma Colónia de Férias, no Verão, viria a representar a tentativa de proporcionar às crianças, além de tempo de praia, «contacto com um meio diferente e com outras crianças que iriam também participar na colónia, vindas de um meio rural (Centro de Cultura e Recreio de Glória do Ribatejo)».

E cabeçudos, máscaras, tintas, arames e... crianças inundavam a Oficina, num trabalho que tinha como objectivo o cortejo carnavalesco. Iniciativa conjunta da União Desportiva de Santarém e da Oficina da Criança, esta tem como objectivo a angariação de fundos, também para o arranque de um Programa de Iniciativas Culturais a levar a cabo ao longo do ano junto da população. Projecto que será de grande importância e impacto, já que o U.D.S. é um clube de futebol de grande implantação junto da comunidade local.

«Todo o trabalho da Oficina, que se realiza com a presença diária, em média de 40 crianças, tem como objectivos o desenvolvimento da criatividade e da imaginação da criança, o desenvolvimento motor, a responsabilização na organização, o espírito de equipe, a descoberta do meio em que estão inseridos e contactos com outros meios». Havendo cerca de 400 inscrições, é de referir que «as crianças mais assíduas à Oficina são, precisamente, aquelas que são «marginalizadas» pela escola. São os «reguilas», aqueles



que têm uma certa dificuldade de adaptação à escola, os que procuram mais a oficina. Chegam mesmo a querer faltar às aulas. Um dia perguntámos a um miúdo porque é que ele queria faltar à escola e ficar cá. Ele, então, disse que na escola não podia vir a ser aquilo que pretendia vir a ser na vida futura – carpinteiro ou pedreiro». O divórcio existente e fomentado pela Escola entre trabalho intelectual e trabalho manual, é perfeitamente visível nesta resposta. Disseram-nos, abordando ainda outro aspecto, que «houve uma Criança que, tendo na Escola nota negativa a Trabalhos Manuais, concebeu e fez, na Oficina uma original casa em madeira que, inclusivamente electricizou. E queixava-se de que não gostava dos Trabalhos Manuais por ser o professor a impor-lhe o que havia de fazer e para o qual nem sempre havia material». Eis exemplo significativo de que o ensino entre nós é, fundamentalmente, transmissivo. Não tendo em conta as necessidades e

veis. Haverá Teatro de Fantoques (ensinando as suas técnicas de construção e manipulação), Cinema de Animação, Pintura, Exposições Vivas, etc. estimulando, assim, a criação de núcleos culturais.

2 – Depois, talvez no Verão, uma mini-feira de artesanato infantil, com o fim de obter fundos, quer para as escolas que participarem nas Secções Culturais, quer para a Oficina.

3 – Fins-de-semana Culturais, em que virão cá Grupos de Teatro, haverá filmes, etc. estando já muitos contactos feitos neste sentido.

4 – Realização de Colónias de Férias na Páscoa e no Verão, passeios e visitas, com o fim de alargar o conhecimento tanto social como natural, provocando assim uma maior consciencialização e formação da personalidade da criança.

5 – Em Outubro terá lugar uma Semana Mundial da Criança, com um Festival de Fantoques, Teatro Infantil,



capacidades das crianças. E, pelo facto de não ter isto em conta criou um estímulo alienante – a nota. Lembramo-nos também da lacónica mas expressiva resposta, que nos deu um miúdo de 12 anos que fazia um cabeçudo ao perguntar-lhe se ele na escola também não gostava de fazer coisas do mesmo género –, «Não, aqui é melhor...»

É natural!... Na escola até não faz certas coisas que faz na Oficina (às vezes), como por exemplo, preparar e tomar refeições conjuntas.

E os pais? Que dizem? «Muitos deles não deixam vir os seus filhos. Dizem que têm de estudar e receber as «explicações» e, por isso, poucas vezes essas crianças cá vêm. Mas, volta e meia aparecem por cá, interessam-se pelo que os filhos fazem e acompanham o trabalho».

Como perspectivas futuras, pensa-se «realizar:

1 – Secções Culturais nas Escolas Primárias do Conselho, Ciclo Preparatório e Associações Culturais, feitas em colaboração com Professores e responsá-

Canções Infantis, exposições vivas e cinema de animação».

Pensamos que a Oficina da Criança de Santarém, propicia o acto educativo por excelência, pois é um espaço ao serviço do desenvolvimento das potencialidades da criança, de maneira a que ela adquira critérios para interpretar o meio que a cerca e a determina, condição indispensável para que se possa afirmar como um agente transformador.

Este texto foi possível graças aos Animadores da Oficina da Criança – João Frois, Ana Maria Lopes, Luisa Loureiro, Virginia Frois e Raquel Mesquita. Ainda graças ao Mário Rui, ao Fernando Manuel, ao Daniel e ... a todas as crianças que vão à Oficina – as que são «marginalizadas» pela escola, as «reguilas», as que querem ser «carpinteiros ou pedreiros», as que não têm «explicações» e ... as outras ...

CADERNO TÉCNICO DO ANIMADOR

DESTACÁVEL

Nº 2

FANTOCHES

As atenções de Intervenção não estão viradas unicamente para os aspectos técnicos.

Temos consciência de que não basta dominar uma técnica para que seja realidade (1) a criação de pequenas oficinas dessa mesma técnica (2) nem o funcionamento destas, numa forma criativa atenta e actuante.

Por isso, e embora este destacável incida notoriamente sobre as questões técnicas, julgamos importante lembrar a quem nos lê, que outros factores devem juntar-se ao conhecimento técnico de fantoches, de pintura, de artesanato, de leitura, etc.

Não basta fazer, é necessário dar uma direcção e um sentido ao que se faz.

Não basta pensar em fazer, é necessário ter a coragem, a disponibilidade e o apoio necessário para concretizar.

Este tipo de questões será abordado com maior profundidade noutros artigos e textos que publicaremos; no entanto, ao longo da leitura deste e doutros destacáveis gostaríamos de deixar claro, que o conhecimento dos materiais com que trabalhamos é um aspecto parcial do necessário para realizarmos o que quer que seja.

TIPOS DE FANTOCHES

Normalmente, dividem-se os fantoches em dois grupos: (1) os que são manipulados por cima e (2) os que são manipulados por baixo.

No primeiro caso, referimo-nos essencialmente aos fantoches manipulados por fios, presos a um comando de madeira, que o fantocheiro segura nas suas mãos e, a partir do qual «nasce» o movimento da marionete (como neste caso, é normalmente conhecida). (fig. 3)

Ainda, neste caso, podemos fazer referência aos fantoches que são manipulados através dum varão (de madeira, por ex.) que se dirige da parte superior da cabeça ou corpo do fantoche, até às mãos do fantocheiro.

No segundo caso, os mais vulgares são os de luva (ou manga), luva esta que constitui o corpo do fantoche e na qual o manipulador enfia a sua mão, e parte do seu braço (antebraço) de modo a dar «vida» e o movimento necessário. (figs. 2 e 5)

Também neste caso, podemos referir os fantoches de haste (ou varão). Desta vez, os bonecos são construídos e fixos a uma vara de madeira que se dirige para baixo e pode, ou não, estar fixa. (fig. 1)

Os braços estão ligados às mãos do fantocheiro através de varetas (de arame por ex...).

Gostaríamos ainda de referir, pela sua originalidade, os «fantoques vivos». Neste tipo de bonecos, o corpo está fixo ao corpo do manipulador. (fig. 4)

Com esta pequena descrição dos diversos tipos de fantoches e modos de manipulação gostaríamos de deixar explícito na mente dos que nos lêem, que as possibilidades de criação e manipulação são variadas.

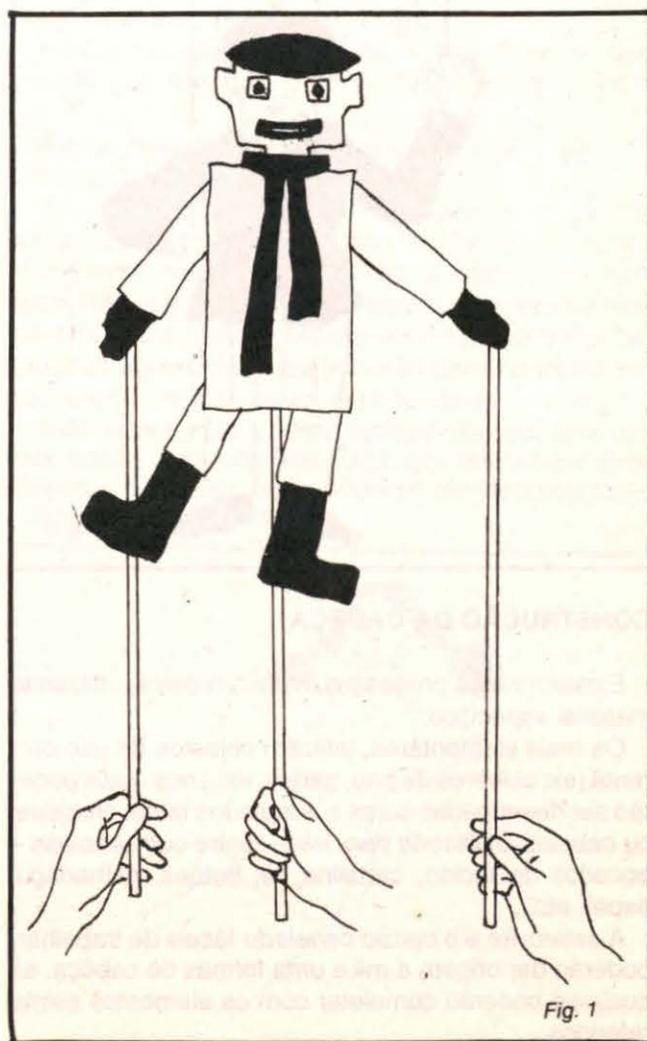


Fig. 1

Noção esta, mais importante que o simples conhecimento dos diversos tipos de manipulação. Noção esta, que procuramos deixar bem clara ao longo de todo este texto. Não só nos aspectos de manipulação mas, em todos os outros, desde a *construção do fantoche* à *montagem do espectáculo*.

Seguidamente, vamos dedicar a nossa atenção aos vários aspectos da construção dos fantoches de luva, uma vez que são os mais vulgares, e geralmente, aqueles por onde nos iniciamos.

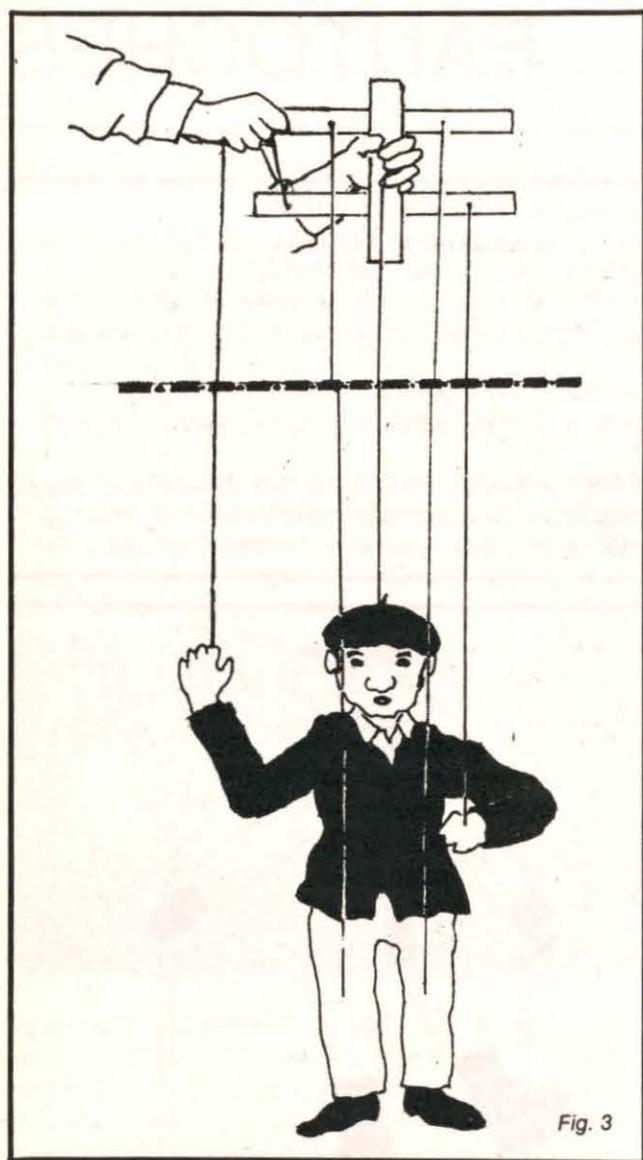


Fig. 3

CONSTRUÇÃO DA CABEÇA

Existem vários processos, cada um deles, utilizando material específico.

Os mais elementares, utilizam objectos de uso corrente (ex: colheres de pau, garfos, etc.) nos quais poderão ser desenhadas caras e adaptados fatos, chapéus, ou cabelos, utilizando para isso – entre outras coisas – bocados de tecido, cartolina, lã, botões, palhadaço, papel, etc...

A *esferovite* e o *cartão canelado* fáceis de trabalhar, poderão dar origem a mil e uma formas de cabeça, as quais se poderão completar com os elementos acima referidos.

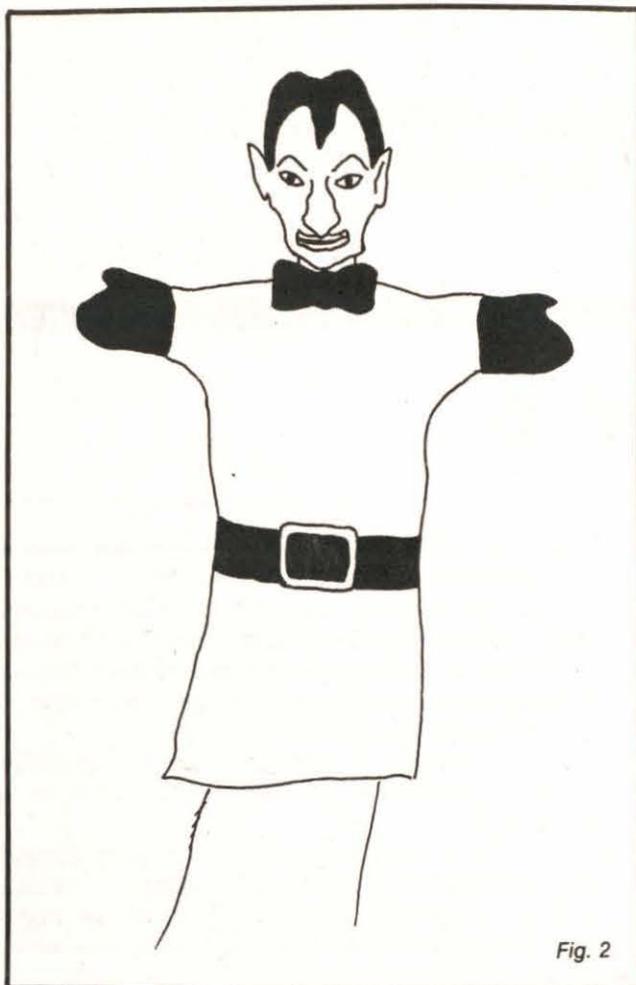


Fig. 2

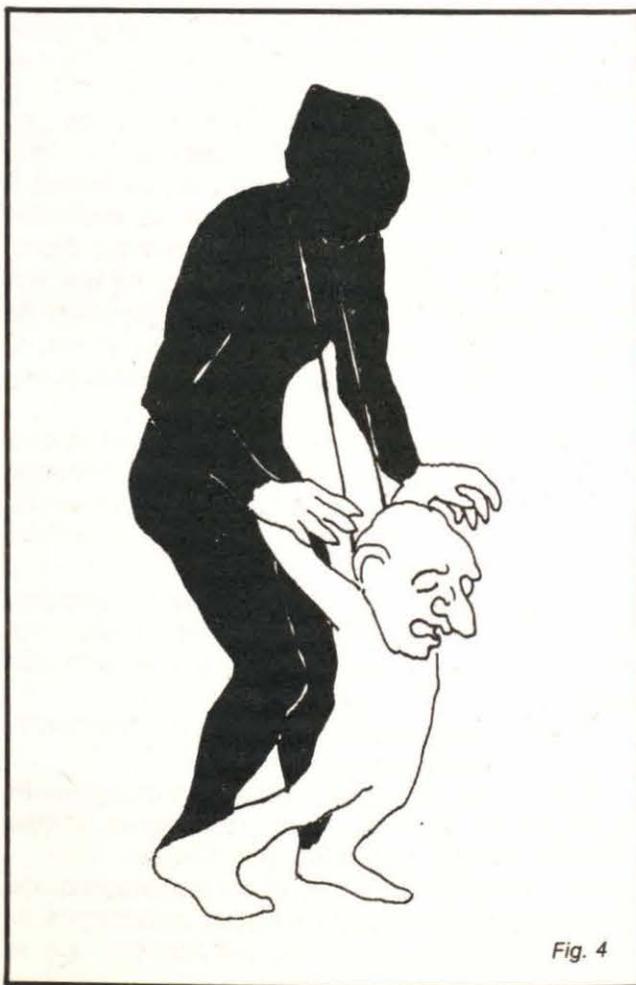


Fig. 4

CABEÇA feita à base de pasta de papel ou pasta de madeira

A *pasta de papel* é feita com pequenos pedaços de papel aos quais se juntam água e cola, em quantidades tais que a mistura, depois de mexida e amassada forme uma pasta, nem demasiado espessa, nem demasiado aguada.

Essa massa será utilizada para moldar a cabeça e respectivas feições.

A *pasta de madeira* vende-se no mercado em embalagens próprias. Para se trabalhar com ela, basta juntar água na quantidade indicada, nas embalagens.

Temos então, a massa feita; como vamos, a partir daqui, moldar uma cabeça, e nesta, uma orelhas e um rosto com olhos, nariz, boca e eventualmente bigodes e barba?

Podemos utilizar vários processos. Enumeramos dois:

1.º – Construir em barro, a figura que pretendemos com todos os pormenores que desejamos.

Pegamos na pasta de papel e colocamos uma primeira camada, perfeitamente aderente, à volta da nossa cabeça em barro mas, *sem cola* (apenas com papel humedecido para que depois de seca a pasta não fique colada ao barro).

As camadas seguintes já serão colocadas *com cola*. Quando a espessura das camadas atingir 3 e 5mm, interrompemos a nossa tarefa durante uns dias (3 a 4), os suficientes para que os mesmos, sequem.

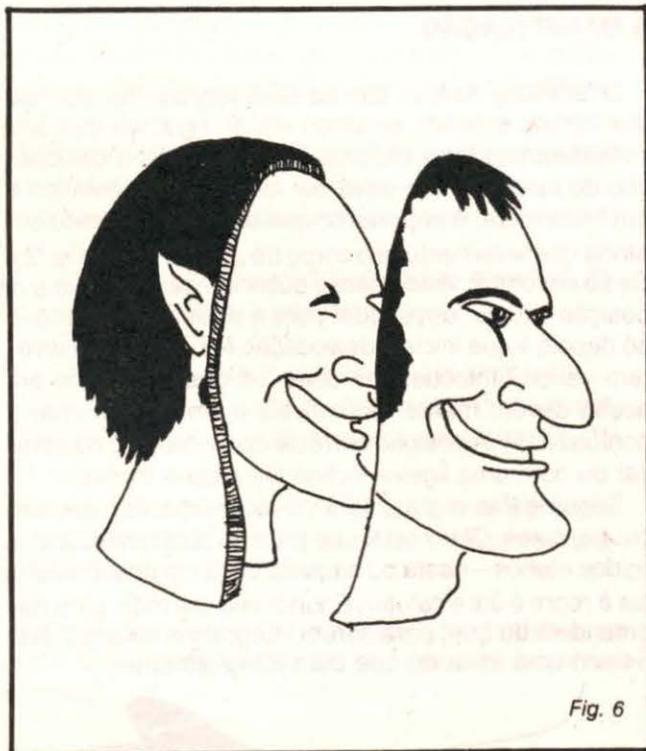


Fig. 6

Passado este tempo separa-se a cabeça feita em pasta de papel, do molde em barro, cortando-a em duas metades. (fig. 6)

Como a camada mais interna não possuía cola, não temos problemas de aderência ao barro e, colamos então, as duas partes, pelo mesmo método, isto é, juntamo-las de novo e colocamos mais algumas camadas de pasta de papel.

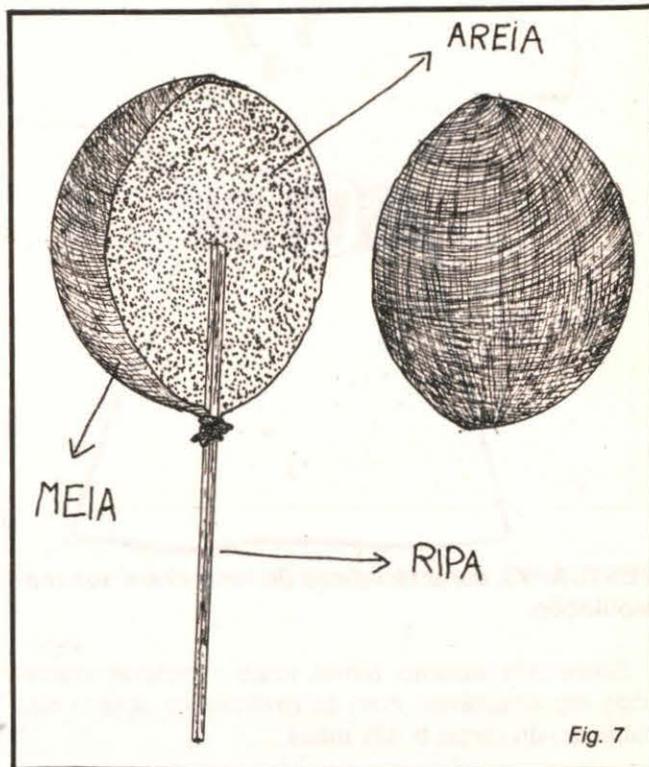


Fig. 7

2.º – Enchemos uma meia de areia, de modo a ficar esférica e sensivelmente, com o volume que pretendemos para a cabeça que vamos construir.

Pela abertura da meia, introduzimos um pau com cerca de 30 cm, tendo a espessura idêntica (um pouco maior) que a do nosso dedo indicador.

Um cordel ligará o pau à meia, não deixando que aquele caia nem que a areia saia para fora da meia. (fig. 7)

Agora, bastará moldar a figura que desejamos com pasta de madeira (ou de papel).

Se, de seguida, introduzirmos o pau numa garrafa vazia – para evitar que a massa moldada e ainda molhada modifique a sua forma em contacto com uma superfície qualquer – basta esperarmos alguns dias para termos a «nossa» cabeça seca e pronta a receber todos os acessórios que a tornarão definitivamente um palhaço ou um marinheiro, um bêbado ou um maestro.

(Não valerá a pena referir outros processos uma vez que estes – aqui referidos – são, por assim dizer, protótipos a partir dos quais poderão ser descobertas e utilizadas outras variantes.)



Fig. 5

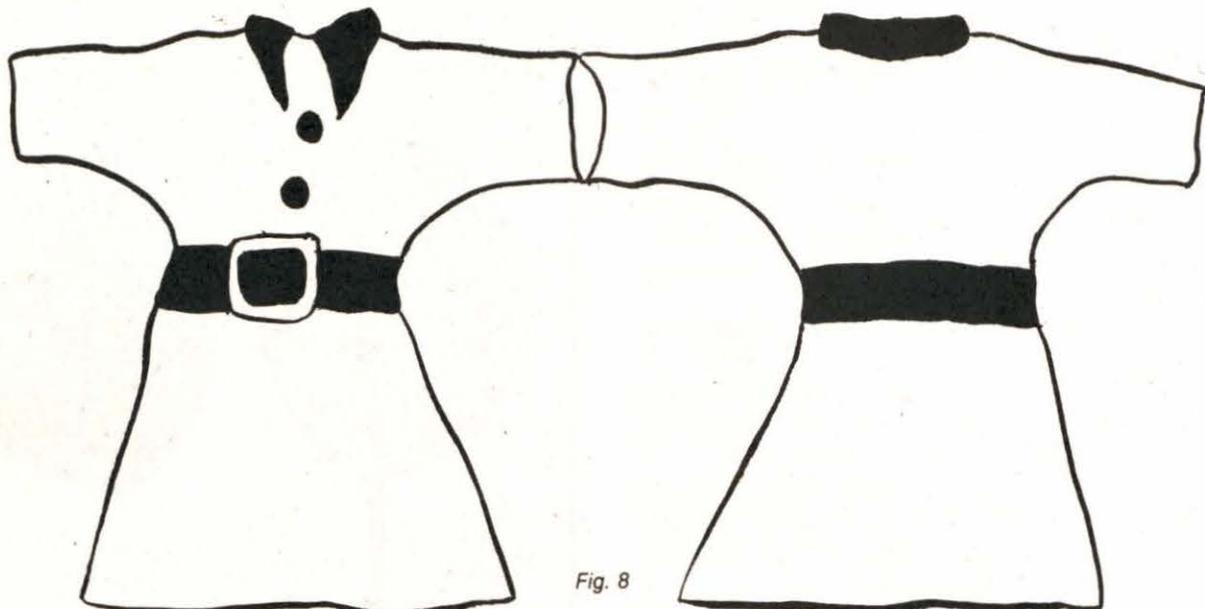


Fig. 8

VESTUÁRIO, características do fantoche e sua manipulação.

Sobre este assunto, temos vindo a fornecer indicações em simultâneo com as explicações acerca das cabeças, do corpo e das mãos.

CONSTRUÇÃO DO CORPO

O corpo, no fantoche de luva é fácil de fazer.

Basta cortar dois bocados de tecido com o formato semelhante ao abaixo indicado (pano cru ou pano de lençol, por ex.) e cosê-los um ao outro com excepção do pescoço, das mãos e da parte de baixo (por onde irá entrar a mão no manipulador. (fig. 8)

Sobre esta luva, no interior da qual se vai movimentar a nossa mão, podemos coser outros pedaços de tecido de várias cores que, conforme o que desejamos, serão o casaco ou colete, a camisa ou as calças, a saia ou a blusa.

Só a prática possibilitará a cada um, a execução de modelos cada vez mais completos e pormenorizados.

As medidas são, evidentemente, condizentes com as do braço, mão e dedos do fantocheiro.

CONSTRUÇÃO DAS MÃOS

Utilizando um processo idêntico ao que foi usado para a confecção da luva, desenhamos em tecido (mais grosso que o da luva, feltro por ex.) dois moldes que são cosidos pelo contorno, deixando por coser, apenas o punho. No fantoche bastam quatro dedos para caracterizar a mão, ou — como se pode observar na figura — também é possível construir as mãos fazendo notar apenas o polegar. (fig. 9)



Fig. 9

O mais importante é começar a fazer inúmeras tentativas. Não construir apenas um ou dois fantoches e desanimar com a sua pouca perfeição ou por outro motivo qualquer, mas sim, construir vários fantoches: altos, baixos, gordos e magros, figuras características (o marinheiro, o político, o avô, etc.) e outras.

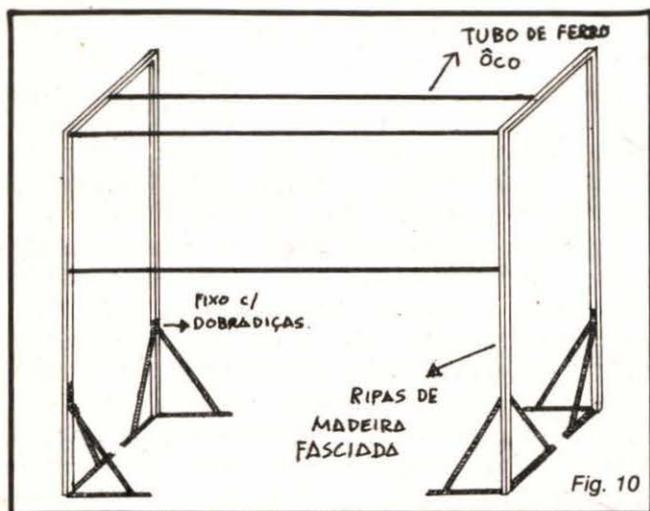
Não esperar deste texto ou doutro qualquer, a totalidade das informações necessárias ou uma espécie de toque de varinha de condão.

Aproveitar, sim, estes dados e outros, para começar. As dificuldades, as dúvidas poderão ser facilmente ultrapassadas.

A MANIPULAÇÃO

O fantoche de luva tem as suas regras. Por poucas que sejam, existem, e vamos referir algumas das que consideramos mais importantes. Assim (1), a deslocação do fantoche não deve ser feita com ele estático e em linha recta: é importante que os braços gesticulem ainda que levemente, e o corpo dê pequenos saltos (3). Se se encontrar virado para o público e desejar mudar de posição e lugar, deve rodar para a posição desejada, e só depois é que inicia a deslocação (4). Quando estiverem vários fantoches em cena, os que não estão em acção devem manter-se imóveis a fim de não criar a confusão (5). A posição correcta do fantoche é na vertical ou com uma ligeira inclinação para a frente.

Seguir estas regras, será correcto uma vez que são elementares. Claro está, que para se obterem determinados efeitos — nesta ou naquela peça — a desobediência à regra é útil e salutar. Enunciamos-las mais para dar uma ideia do que, para serem integralmente seguidas. Serem uma ideia do que para integralmente



ESQUEMA FRONTAL DO ESQUELETO «PALCO» DO TEATRO DE FANTOCHES

A CENA «O PALCO»

As formas mais simples de improvisar um «palco» podem ser feitas com um lençol, cobertores, manta ou um biombo improvisado (nome este que de um modo geral designa os «palcos» para fantoches de luva).

Estes processos servirão para actuações esporádicas.

No entanto, a quem desejar dar uma certa regularidade às suas representações será preferível construir um «palco» ou biombo mais sólido e eficaz.

Se houver a intenção de efectuar deslocações frequentes, aquele deverá ter duas características importantes: (1) deve ser leve e (2) fácil de montar e desmontar.

Para a sua construção bastam uns dias e algumas ferramentas (berbequins, martelo, serra, etc.).

Podemos dar uma sugestão para a qual é necessária algum material:

- 1 - Ripas de madeira fasciada cujas medidas dependem das medidas totais do palco.
- 2 - Tubos de ferro, ôcos.
- 3 - Dobradiças, *ganchos* e parafusos de orelha.

Os esquemas que a seguir apresentamos pretendem dar uma ideia mais exacta da nossa sugestão. (fis. 10, 11 e 12)

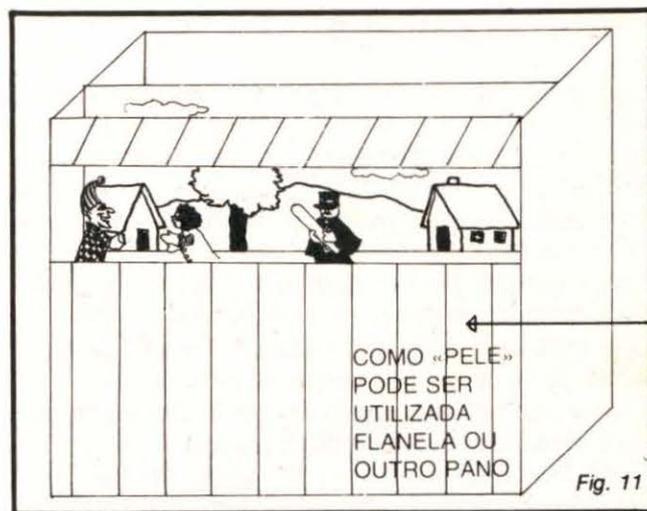
Construído segundo este processo e com estes materiais ficamos com um «biombo» leve e fácil de transportar.

A luz e o som são dois elementos importantes e em relação aos quais gostaríamos de fazer uma breve experiência.

A LUZ

A utilização de projectores dará maior riqueza ao espectáculo, embora o seu custo seja relativamente elevado.

Podemos comprá-los feitos ou utilizando latas (de leite em pó ou qualquer outro produto), construí-los nós próprios. Neste caso bastará comprar as lâmpadas próprias.



O MESMO ESQUEMA COMPLETADO COM O CENÁRIO E A «ROUPAGEM» NECESSÁRIA

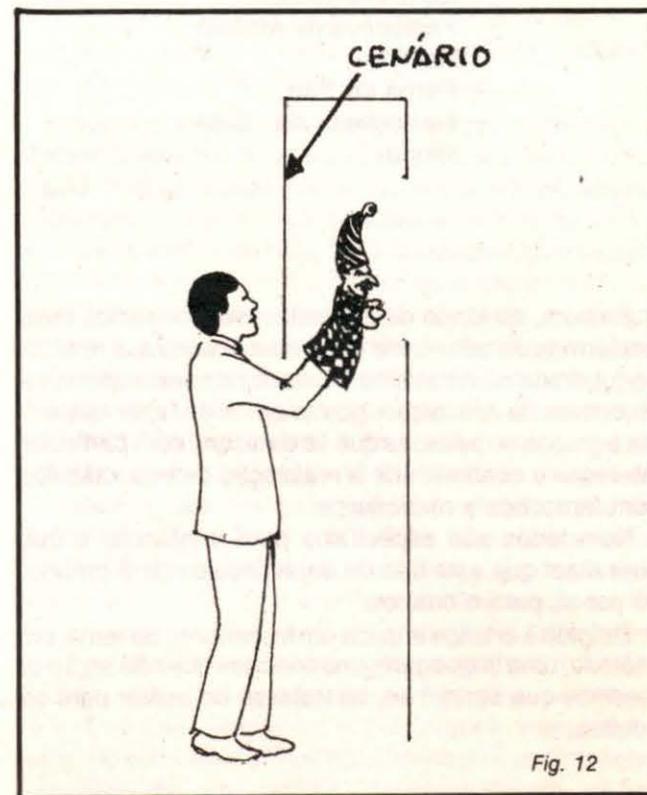
O SOM

Normalmente as representações de fantoches são feitas para poucas dezenas de espectadores.

Muito do pormenor do boneco e do cenário perder-se-ia se a assistência fosse demasiado numerosa numa grande sala.

Deste modo, não existe o problema das vozes dos fantoches se ouvirem com dificuldades e necessitarem da ajuda duma instalação sonora.

Esta é, no entanto, necessária para efeitos especiais (ruídos, música, etc.) que se queiram obter. Neste caso, um gravador com um mínimo de qualidade será suficiente.



ESQUEMA LATERAL QUE NOS DÁ A IDEIA DA POSIÇÃO DO FANTOCHEIRO QUANDO EM ACÇÃO

O TEMA DAS HISTÓRIAS

Adaptada de uma história que lemos num livro, criada em conjunto pela equipa de fantocheiros, a história deve procurar transmitir (transmite sempre) alguma coisa à criança; deve criar um diálogo lógico e racional que ultrapasse o simples exercício de observar o que se passa em cena.

Sem caírmos em fórmulas demasiadamente retóricas e didáticas desprovidas de imaginação e sensibilidade creio que, levar às crianças a imagem da realidade que as cerca (nos cerca) é fundamental.

A questão está em fazê-lo de acordo com os interesses e perspectivas das idades às quais nos dirigimos.

Sem antropomorfismos e palavreado livresco. Daí a importância para o animador dum conhecimento teórico-prático da psicopedagogia infantil. Ainda aqui, não temos respostas absolutas.

Poderá haver — e já é muito — a persistência e desejo de encontrar processos cada vez mais correctos e adequados. Essa tarefa é mais nossa (de todos nós) do que deste destacável. Nas tentativas que fazemos, nos diálogos que soubérmos e quisérmos travar, na organização e empenho que formos capazes de conseguir.

- Teatro de Branca Flor
- Marionetas de S. Lourenço e o Diabo
- O BANDO — (Este grupo de teatro de Animação infantil introduz frequentemente, nas suas representações fantoches).
- Fantoques de António Rosado
- Perna de Pau
- Fantoques da Carminda

Embora, ao longo deste destacável pensemos mais em termos de actividade educativa concreta, a realizar enquadrada num trabalho baseado nos pressupostos e objectivos da Animação, gostaríamos de fazer referência a grupos ou pessoas que se dedicam, com particular interesse e continuidade à realização de espectáculos com fantoches e marionetes.

Nem todos são específicos para a infância, o que quer dizer que este tipo de espectáculo não é próprio, só por si, para a criança.

Dirigido à criança implica um tratamento do tema, um método, uma linguagem, uns cenários que não serão os mesmos que seriam se, se tratasse de actuar para os adultos.

NO PRÓXIMO NÚMERO N.º 3 O TEATRO DE SOMBRAS

A OFICINA (da sua importância)

De tudo o que ficou pode-se facilmente tirar uma ilação: A qualidade da nossa actividade nasce principalmente dum trabalho persistente e regular. Não podemos esperar grandes progressos de nós próprios, se nos ficamos pela primeira ou segunda tentativa.

Quando se afirma que a prática desta actividade contribui para o desenvolvimento da *destreza manual, observação, imaginação, facilidade de expressão verbal e capacidade de trabalho em grupo* referimo-nos aos que se exercitam com determinada continuidade.

Por isto, julgamos importante falar na oficina. Local onde o grupo se reúne algumas vezes por semana para construir os seus fantoches e o seu palco, seleccionar e preparar as suas histórias, em suma, montar os seus espectáculos.

Também não queremos dizer que sem oficina, nada feito. Se não for possível uma sala só para isso, é concerteza possível utilizar uma sala e ter um canto, um armário, uma arrecadação onde todo o material esteja arrumado.

A certeza de um sítio fixo é um factor importante a que devemos dar a devida atenção.

assim, referimos:

1. Teatro Municipal de S. Luiz (Lisboa)
2. AR-CO (Rua de S. Tiago ao Castelo de S. Jorge — Lisboa)
3. Sintra
4. Almeirim
5. Caldas da Rainha
6. Jardim Zoológico (Lisboa)
7. Fantoques itinerantes de António Rosado
8. Grupo de fantoches itinerantes «ZÉBROA»

Como podemos verificar (mesmo que esta lista esteja incompleta) é um tipo de espectáculo praticamente inexistente onde surgem frequentemente pequenos grupos tão depressa como acabam.

Incrementar e fomentar esta e outras formas de participação e diálogo sócio-cultural passa por muitas fases. Que cada vez se torna mais urgente ultrapassar. Colaborar nesta tarefa não deve ser *com os outros*. Deve ser como todos. Nós e vocês. Numa interligação e unidade crítica, consciente e aberta.

Renovamos aqui e agora o nosso desejo de que digas o que pensas deste destacável. Se está razoável, se tem coisas a mais ou a menos. É importante para nós e para ti.

PEDAGOGIA ANIMAÇÃO

Breda Simões

* psicólogo

II Política cultural e Pedagogia da animação

Uma política cultural tem como objectivo central responder adequadamente às exigências de manutenção de um equilíbrio dinâmico entre as necessidades sociais concretas e as prestações decorrentes do próprio sistema de acção cultural.

Nos períodos ditos de «normalidade histórico-social» (!), tal política realiza-se, quando se realiza, na tranquilidade da «gestão corrente» ou no dirigismo das medidas pontuais. Mas, nos períodos de crise e de transformação, uma política cultural visa a definição de finalidades novas, concordantes com o projecto sócio-político que se pretende atingir. Compete-lhe então, e em consequência, mobilizar todos os meios de realização de tais finalidades, planificar as suas acções e definir com clareza os momentos — curto, médio e longo prazo — nos quais se tornará possível, necessária e indispensável a execução das medidas constantes do plano cultural delineado.

A planificação de um projecto cultural transformador das estruturas sociais anquilosadas terá, por isso mesmo, aqui e agora, de apresentar-se como global para o que deverá apoiar-se numa filosofia política e numa teoria pedagógica susceptíveis de possibilitarem a formulação inequívoca dos fins a atingir, e, em consequência, da *praxis* cultural resulte de tais fins. Acresce que a globalidade de uma política cultural implica, no tocante à sua planificação, o respeito pelas exigências gerais do *plano* de governo, dado que a acção cultural, tal como a educação e a economia, constituem situações englobantes que interferem conjunta e permanentemente na dialectização das estruturas sociais. Este aspecto da globalidade de uma política cultural está, aliás, bem definido no número 2, do artigo 91.º da *Constituição da República*, no qual se assinala que compete ao *Plano* «a coordenação da política económica com a política social, educacional e cultural...».

O projecto de sociedade que nos ocupa — e que a *Constituição* define — implica, assim, a coerência dos meios formativos a mobilizar, sejam estes escolares ou extra-escolares. Forçoso se torna, porém, considerar que tais meios formativos não podem privilegiar a escola e/ou o ensino formal, por mais alargado que venha a ser o período de escolaridade obrigatória, dado que a nova sociedade em construção e a melhor qualidade de vida que, com ela, pretendemos atingir passam, a curtíssimo prazo, pelo acesso à cultura daqueles que já

não podem beneficiar de um ensino formal, mesmo quando este se apresente com a roupagem de um sistema aberto e renovado. Queremos com tal significar que formas de sistematização renovadoras da escola e da escolaridade — educação permanente, educação recorrente, educação à distância, etc. — por si próprias válidas e necessárias no contexto de um novo sistema escolar, não resolvem, no imediato, o acesso à cultura integral de uma percentagem elevadíssima de portugueses para os quais os valores culturais (que durante tantos anos lhes foram deliberadamente negados, deformados, escondidos) constituem, ainda hoje, bens ignorados ou inacessíveis.

Por tudo isto, o trabalho da escola — e de outras instituições ligadas supletivamente ao sistema escolar — deverá ser acompanhado por outras acções formativas cuja actividade se dirija, a um tempo, sobre os jovens, sobre os adultos e sobre a terceira idade. Só a instauração planificada de tais acções formativas — das quais se destaca a animação socio-cultural — poderá, através do desenvolvimento progressivo da criatividade das populações e da sua consequente, abertura aos autênticos valores culturais, regionais e nacionais, concorrer para uma formação integral do homem português e, em consequência, para a sua plena integração sócio-político-económica, como pessoa situada e como trabalhador livre e desalienado.

A construção do novo projecto sócio-político passa, assim, pela abertura do homem português ao dinamismo dos valores da sua cultura própria e, também, pela promoção das capacidades transformadoras dessa mesma cultura, isto é, pelo enriquecimento permanente das suas capacidades criativas.

Impõe-se, deste modo, a definição concreta de uma política cultural, esboçada já no *Programa de Governo*, mas cuja competência se encontra, de facto, dessiminada por organismos vários que a tutelam de modos nem sempre convergentes e integrados.

A consolidação de uma sociedade democrática (e o problema assume forte acuidade numa jovem democracia) terá necessariamente de apoiar-se em acções permanentes e bem programadas de animação sócio-cultural, partindo de uma política cultural que não confunda a animação com o consumo indiscriminado de bens culturais (como ocorre nas sociedades de consumo) ou com técnicas manipulatórias de «dinamização», cuja utilização recente nos marcou com ferimentos profundos cujas cicatrizes são ainda visíveis. Ora, uma tal política cultural — aquela que nos falta e que urge concretizar — deverá erguer-se no respeito pela «cultura da comunidade natural» (Luckas), através de formas de animação sócio-cultural que colham o seu fundamento e norteiem a sua *praxis* por uma pedagogia de participação que tenha como objectivo central a construção de uma democracia cultural. Pedagogia permissiva que, socorrendo-se, permanentemente, de uma fecunda e actuante *imaginação pedagógica*, permita a cada indivíduo formar-se como pessoa integrada e como cidadão útil e produtivo, abrindo-o à participação voluntária do seu próprio desenvolvimento sócio-cultural, utilizando para tal os seus tempos livres por prazer e não como *aluno* que seguisse um ensino obrigatório» (J. A. Simpson).



Uma tal pedagogia assentará, necessariamente, num acto de relação inter-pessoal. Acto criador, sempre novo e sempre renovado, para o qual as receitas tradicionais do formalismo didáctico e da normatividade metodológica não têm qualquer sentido ou qualquer capacitação. Por isso mesmo, a animação sócio-cultural só poderá erguer-se de uma relação pedagógica concreta que pressuponha — da parte de animadores e de animados — disponibilidade, compreensão, afectividade e comunicabilidade situada. Quer isto significar que o acto pedagógico que sirva a animação não visará o plano do *ter* (entenda-se: ter ou possuir muitos conhecimentos), mas sim o plano do *ser* (a saber: ser uma pessoa socialmente participante, situada e produtiva). Não conta aqui possuir (ou transmitir) muitos conhecimentos, mas sim *saber ser* e *saber viver*, num contexto social aberto e em permanente transformação.

A pedagogia de participação que preconizamos como via capaz de conduzir a uma animação sócio-cultural que não se transforme em simples acção de manipulação ideológica terá de ser, igualmente, uma pedagogia da liberdade e da criatividade. Liberdade e criatividade que envolvam os dois polos da relação pedagógica, na medida em que o animador e os utentes deverão agir no exercício pleno da sua liberdade pessoal, apoiados, um e outros, no exercício permanente de formas de imaginação que centrem a relação pedagógica na produtividade pessoal de cada elemento, sem que tal signifique fuga alucinatória ao real ou afastamento deliberado e alienante das exigências concretas dos contextos sociais em que se inserem.

Se queremos transformar a sociedade — e transformar-nos, como elementos activos dessa mesma sociedade — não podemos negar os valores culturais que a conformam, nem, tão-pouco, fixarmos estaticamente na pseudo-perenidade de tais valores. Os valores culturais valem como móveis de acção social; mas, como tal, transformam-se e transformam-nos ao agirem como motivos da nossa acção concreta ou da nossa actividade participante. Ora, esta dialéctica dos valores culturais parece-nos ser o fulcro — já o assinalámos — da relação pedagógica em que assenta a animação sócio-cultural. Tal facto não facilita a acção polivalente do animador o qual, integrado e atento a tal

dialéctica, terá de condicionar as suas formas de actualização de modo concreto, mas prospectivo, adequando-se às exigências diversificadas dos grupos sociais a que se dirige e assumindo as acções transformadoras que sobre si exerce a sua própria prática de animação. Será decerto por tudo isto que, como referia algures um especialista da animação, «a animação sócio-cultural conta hoje com os seus *operários*, mas falta-lhe o seu Rousseau» (Mencarelli). O que quererá dizer que, até agora, a animação não conseguiu estruturar a sua própria teoria. Mas dispõe já de uma valiosa prática acumulada (dispersa, embora, por campos de acção os mais diversos) que, como referimos no artigo anterior, tem sido objecto de algumas reflexões teóricas de certa utilidade e valia. De qualquer modo, o Rousseau da animação sócio-cultural só poderá surgir da prática ou das práticas que esta utiliza ou venha a utilizar. E serão essas práticas a determinar, no momento próprio, a teoria que as integre. De resto, a teoria é, por si própria, uma prática (uma *prática-teórica*) só possível quando ultrapassados e integrados os níveis da prática empírica e da prática ideológica. A seu tempo, a teoria da animação surgirá; e, então, esperemos que seja lícito afirmar, com Lewin, «nada mais prático do que uma boa teoria».

Simplesmente, não existe, não poderá existir, teoria sem objecto e sem campo de aplicação bem definidos pela prática, a menos que nos situemos ao nível dos modelos formais ou dos modelos de simulação. No caso da animação, enredada que está na tarefa concreta e urgente da construção de uma autêntica democracia cultural, a prática tem naturalmente avançado, como estratégia, muito para além das definições desejáveis do campo próprio da animação ou da animática. Daí que possamos apenas, aqui e além, isolar certas teorias de «curto alcance» que são, tão-só, outras tantas estratégias conducentes, a prazo imediato, à prática possível e necessária, mas que poderão constituir, também, pedras de construção para uma teoria de «longo alcance» que fundamente as acções pedagógicas indispensáveis à dialectização da democracia cultural visada, de modo a que a animação, como acção conjugada de práticas culturais, garanta o permanente desbloquear das situações culturais e educativas.



ACTIVIDADES DE FÉRIAS

As Colónias de Férias,

Os Campos de Trabalho...

Os Campos de Férias,

Contribuição para a sua história evolutiva! (1)

Embora em Portugal ainda não estejam generalizadas as actividades de férias, é contudo já evidente a preocupação de alguns de fazerem com um certo significado em face de outros que ao fazê-las as esvaziam de qualquer significado, apresentando-as como actividades supérfluas e gratuitas.

É claro que por esse país fora, e não é preciso ir ao passado, se continuam a fazer «Colónias de Férias» com um intuito limitado de proporcionar umas férias com sol e praia, ou campo, aos participantes completamente desprovidas de qualquer outro objectivo, nomeadamente pedagógico, e entendidas como umas férias gratuitas à parte de qualquer preocupação educativa.

Digamos que embora escapando a algumas características que elas tinham no passado, (dirigiam-se aos filhos das famílias em princípio com poucas possibilidades económicas, se bem que nem sempre assim fosse (2) tinham um significado social e político bem determinado – quem as fazia não desconhecia com certeza o ditado popular «quem meu filho ama, minha boca adoça» e que o digam os trabalhadores «beneficiados» (3) e embora as coisas se tivessem alterado, o menosprezo a que estas actividades sempre foram devotadas, relativamente às suas capacidades pedagógicas continua intacto, malgrado as experiências que já houve e que em muito ultrapassaram a superficialidade de umas férias gratuitas «de barriga ao sol», em que as «crianças» são «guardadas» por uns monitores. (4)

Abstraindo-nos agora de algumas exigências de carácter quantitativo, em que certas entidades se preocupavam com uma boa alimentação, com um bom enquadramento de monitores, com um certo «correr bem» da colónia, é importante mencionar tentativas de pensar as colónias de férias, em termos qualitativos, de trabalho pedagógico, em termos de trabalho continuado ao longo do ano.

Nomeadamente, é importante sublinhar, no sentido das C.F.'s, serem consideradas parte integrante dum trabalho continuado (ao longo do ano) e serem consideradas como uma actividade, embora de características invulgares, de um todo integrado com objectivos bem definidos, com uma opção educativa conscientemente assumida, que denominamos de Animação Sócio-Educativa (5) ou cultural.

... É na animação que se pode propiciar o acto educativo por excelência pois sem uma imposição pro-

gramática rígida se pode então criar um espaço propício ao desenvolvimento das potencialidades da criança, de maneira a que ela adquira critérios para interpretar o meio que a determina, condição para que se possa afirmar como um agente transformador. Para que se realize na prática, um objectivo, como o que vimos definindo, é necessário uma redescoberta do meio, de modo a descobrir as características culturais da sua região, usos, costumes, tradições, artesanato, modos de vida e actividades, percebendo as suas contradições próprias e as que advêm comparativamente com outras regiões, que a colónia de férias pode propiciar, reflectindo sobre elas numa interligação constante com a população nas suas actividades produtivas através de actividades de expressão livre, proporcionando assim ao educando novas experiências de continuidade e ruptura com a experiência anterior. (6)

Fique claro que consideramos igualmente incorrecto, a programação rígida das actividades de uma C.F. tal como o voluntarismo e o empirismo das C.F. não reflectida pelos animadores.

«As actividades a levar a cabo na C.F. deverão ser no sentido de proporcionar aos participantes o contacto com o meio geográfico, social e cultural das regiões em que esta se integra.

Este contacto, elemento básico do Acto Educativo, adquire a sua mais válida expressão através da criação artística (desenho, expressão corporal, modelagem, jornalismo, montagens audio-visuais, etc.).

Neste sentido propomos que as actividades a levar a efeito tenham como tema e objectivo principal o conhecimento e reflexão sobre o trabalho do homem e a comunidade.

Sobre o trabalho do homem deverão ser considerados os seguintes pontos:

- meios de subsistência da população
- agricultura
- comércio
- indústria
- criação de gado
- artesanato
- salários
- férias e tempos livres

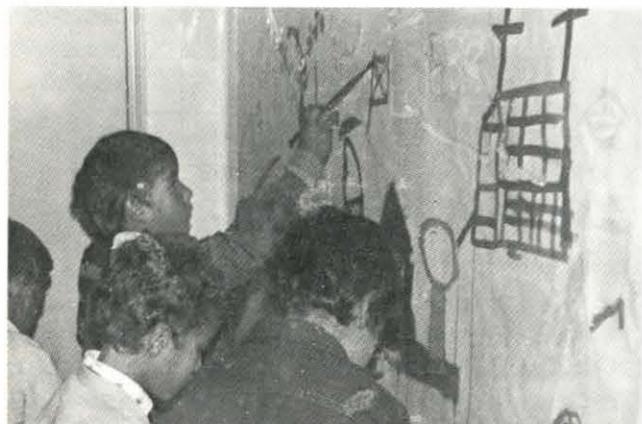
Sobre a comunidade:

- formas organizativas
- associações culturais e recreativas
- associações económicas e profissionais

A este tema se deverão subordinar as actividades

durante a Colónia de Férias. Substituindo o esquema ultrapassado da divisão de actividades em vários campos isolados (culturais, desportivos, etc.) sem um mínimo de articulação entre si, que mais não são do que uma infeliz importação dos esquemas escolares, e mesmo estes a serem progressivamente ultrapassados por um conceito e prática de interdisciplinaridade. (7)

«Seria bom no entanto frisar um aspecto que atrás está pouco explícito, o da reflexão sobre o contacto com a realidade – pois embora seja fundamental o contacto da criança com uma multiplicidade de experiências práticas e vividas, achamos de particular interesse não se ficar por aí, mas avançar numa perspectiva de interpretação da realidade, do que nos cerca, sem o que não se passará de factos justapostos, sem relação e ligação entre si. Esta reflexão deve ser proporcionada ao jovem por meio das actividades de expressão livre, com as mais variadas técnicas postas à sua disposição (pintura, expressão climática, jornalismo, etc.) em que livremente e através delas este possa exprimir os sentimentos e os seus conceitos sobre o que viu ou sentiu. Deve-se aqui sublinhar que estas actividades são um meio privilegiado e fundamental de expressão por parte do jovem a que o animador deve estar atento e incentivar incondicionalmente.» (8)



Começadas que são as tentativas de análise e descoberta das extraordinárias possibilidades que uma C.F. proporciona, entendida como parte de um trabalho integrado e continuado ao longo do ano, servindo os objectivos definidos, é iniciada também a dignificação dos seus agentes educativos – os animadores – e a metodologia da sua prática pedagógica.

«Do aspecto da relação «educador/educando», embora não se possa definir claramente pela sua forte conotação subjectiva, é evidentemente claro que a atitude do animador condiciona a eficiência de qualquer objectivo pretendido: se o animador impôs agora um objectivo, mesmo que este seja considerado correcto, à semelhança de como se impõe um sistema escolar, se estamos a orientar a nossa actuação para a crescente tomada de responsabilidade por parte da criança e, ao mesmo tempo, nessa actuação o animador não a deixa tomar qualquer parcela de responsabilidade, se, em resumo, queremos que a criança perceba e sinta certos valores e se na prática diária o animador os contradiz pelo seu procedimento, não passará para a criança dum hipócrita e terá anulado o acto educativo.

Podemos então dizer que a atitude do animador deverá ter em conta:



a) uma aceitação incondicional por tudo o que advier da criança no seu acto criativo, mesmo que ela se mova dentro de padrões e conceitos diferentes do adulto, o que acontecerá certamente; b) uma prática de atitudes quotidianas condizentes com o objectivo que impôs ao seu trabalho.» (6)

CAMPOS DE TRABALHO

Paralelamente às Colónias de Férias e Campos de Férias (de iguais características só se dirigindo a escalões etários diferentes – respectivamente até à adolescência e depois dela), surgem os Campos de Trabalho, que apesar da boa vontade de alguns dos seus iniciadores – a educação pelo trabalho, etc. –, não passam de locais onde há a preocupação de exigir um trabalho produtivo aos participantes que muitas vezes o encaram como «um mal necessário» para poderem usufruir dum férias, longe do seu agregado familiar, da sua zona habitacional, etc. (8)

Com mais ou menos boas intenções cá temos uns campos para férias e outros (que não os mesmos) para trabalho.



QUE PERSPECTIVAS?

É evidente o interesse das Colónias de Férias, em que os jovens participantes, disponíveis de outras actividades, escola, família, etc., *colectivamente* são colocados face a novas realidades sociais, geográficas e humanas e em que em *conjunto* lhes é possibilitada a reflexão⁽⁹⁾ sobre essas novas realidades.

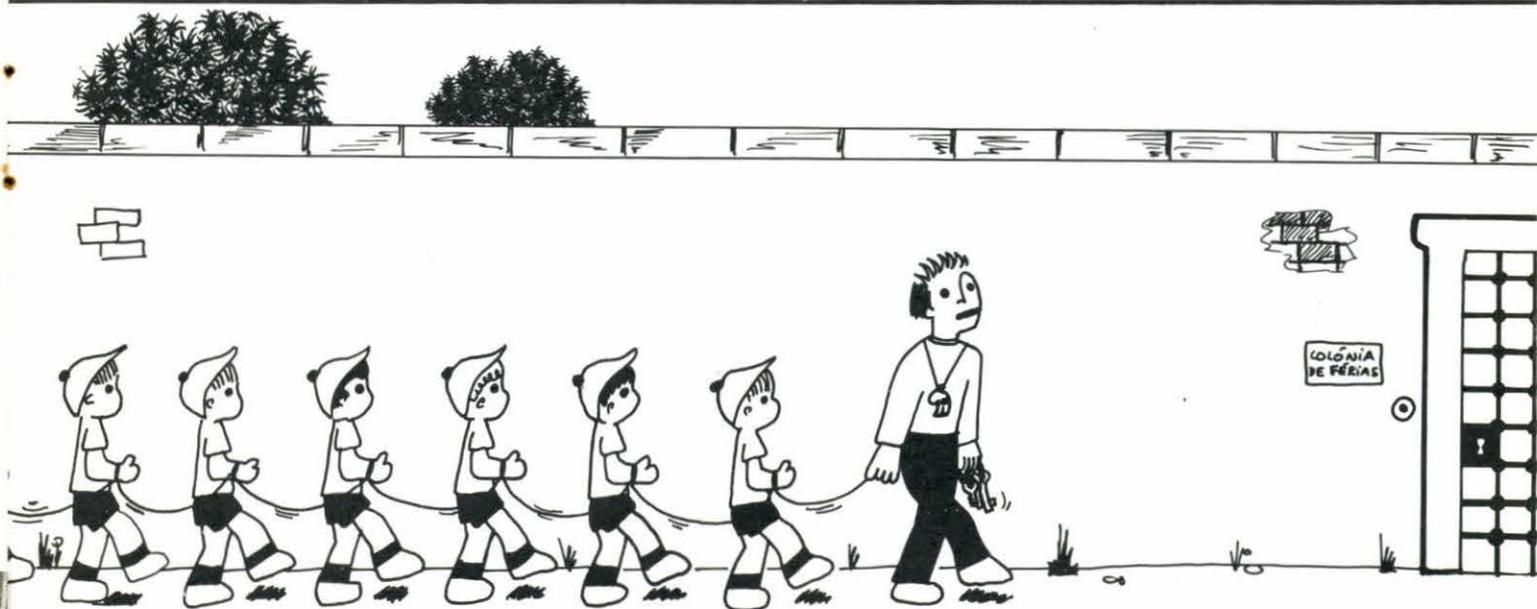
Para já, a supressão das arcaicas designações de Colónias de Férias e Campos de Trabalho e a descoberta doutros termos, conformes ao novo entendimento que delas temos: «Campos de Actividade Juvenil», «Centro de Actividades para Jovens», «Campos de Encontro Juvenil», «Campos de Encontro e Actividades Juvenis», etc., que traduziriam e substituiriam as actuais designações, criando uma nova realidade e suplantando a contradição que até aqui opunha as férias (das C. de Férias) ao *trabalho produtivo* (dos Campos de Trabalho).

Mudar o nome não é contudo fundamental, é fundamental que nesses campos de «Encontro» — porque se pretende ser um meio de encontro entre jovens que o frequentam, por um lado (que deverão ser que pequenos grupos originários de meios sócio-geográficos diferentes, e por tal de cultural diferentes),⁽¹⁰⁾ e por outro com as populações circundantes ao campo, que repre-

sentam novos meios sociais, humanos, culturais, artísticos e com o meio físico e produtivo — agricultura, pesca, indústria, comércio, etc., e, «Actividade» — porque não são de férias gratuitas (das C.F.) e não são de trabalho mais ou menos aborrecido (dos C.T.) mas onde o trabalho produtivo e o trabalho não produtivo (cultural, desportivo, artístico) se conjugam numa nova realidade criadora profundamente pedagógica e humana.

A actividade produtiva com a população circundante ao campo (e tantas sugestões se poderiam dar — cooperativas agrícolas, onde também se poderiam consumir os seus produtos, etc.), poderá não ter viabilidade em certas circunstâncias e mesmo quando isso é possível deverá sempre ser completada com actividades culturais, desportivas, e todo um sem número de actividades que o espírito criador dos animadores e participantes descobrirem, no sentido de possibilitarem um maior *intercâmbio social e humano* com as populações e com o meio.

A abertura do campo numa forma biunívoca à população, conjugando estas com actividades internas ao campo, e aos seus participantes, apresenta-se assim como uma forma privilegiada e invulgar de elevado valor pedagógico, o mesmo é dizer de elevado valor social, humano e, porque não, político.



(1) O FAOJ promoveu nos dias 16 e 17 de Fevereiro de 77 um encontro com todas as entidades promotoras de C. de Férias.

(2) Campos houve organizados pelo «Secretariado para a Juventude» (SPJ) cujos participantes eram oriundos de extractos da média e grande burguesia.

(3) A organização das C.F. foram iniciadas por grandes empresas tipo CUF, SHELL, e por organismos oficiais, UFCL, SPJ, FAOJ, IASE, IOS, etc.

(4) Houve colónias de férias em que o pessoal educativo foram guardas da P.S.P.

(5) Terminologia empregue em substituição de Animação Sócio-Cultural, quando se dirige ao escalão etário 8-13 anos.

(6) «Animação Sócio-Educativa»

«Contribuição para a sua definição, análise e perspectivação»

(J. Filipe, L. Martins, L. Quintaneiro, Rodolfo de Jesus).

(7) Tópicos iniciais dum programa para uma Colónia de Férias.

(8) Vêm por vezes participantes de outros países, há actividades culturais, alguns são minimamente remunerados, etc.

(9) Entenda-se aqui (reflexão) não no sentido clássico do termo, em

que as pessoas se sentam, pensam, e discutem formalmente, o que seria «a priori» atitude infeliz e incorrecta por parte do animador, mas sim a possibilidade, isto é, a criação de um espaço propício à expressão dessas sensações, através do desenho, da modelagem, da expressão dramática, através de actividades lúdicas, etc.

Um exemplo significativo parece ter sido um campo com jovens da cidade de Lisboa (de bairros degradados) efectuados em Moimenta da Beira e a realização de um jogo de pista em pequenos grupos em que as mensagens colocadas na entrada de uma pequena aldeia circundante, era ir perguntar respectivamente ao talho e peixaria qual o preço do quilo da carne e do peixe, e em que os jovens depois de aturada busca descobriram espantados que não havia talho nem peixaria, mas que as famílias matavam anualmente um porco, etc., etc., e a extraordinária catapulta de todas as manifestações artísticas subsequentes que isto provocou desde a pintura à improvisação, da modelagem ao jornalismo e a outras actividades.

(10) Evidentemente continua-se aqui a pressupor um trabalho anterior e coordenado entre as diferentes comunidades de onde os participantes são originários.

ALFABETIZAÇÃO E ANIMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL

I – Breve análise sobre a situação cultural portuguesa

Sem tecer grandes considerações sobre a situação cultural portuguesa e verificando o que até aos nossos dias foi feito neste campo, pudemos constatar num primeiro relance a grande polarização de actividades culturais nos grandes centros urbanos e a reduzida ou nula animação nos campos, para além da rigorosa censura que existia em torno da animação cultural.

Nas grandes cidades, este tipo de actividades caracterizava-se, na maior parte dos casos, pelo seu carácter alienatório e não da formação cultural dos intervenientes; quer pelos condicionalismos que o regime fascista impunha, quer muitas vezes por falta de perspectivas dos animadores. Esta situação era fomentada pelo regime, que permitia o que iria servir os seus fins últimos e acabava pura e simplesmente com o que ia para além do preconcebido. Assim se um clube recreativo, uma associação, uma casa do povo, etc., se se aventurava mais além do jogo de futebol, do teatro ou do filme do herói e do bandido, do bailarico, etc., via a suas portas fechadas e o que daí lhe advinha.

No campo a situação era pior, por um lado devido à inexistência de centros culturais, clubes recreativos, bibliotecas, teatros, cinemas (mesmo os de circuito comercial), por outro os agregados populacionais eram muito menores, ou seja, meios mais pequenos com um padrão de vida estático, e sem uma comparação de diferentes costumes, o que acontecia na cidade. Como se torna evidente a situação político-económica não estava dissociada da actividade cultural. A descentralização administrativa não existia, delegando todas as resoluções ao poder central. As aldeias eram assim desprovidas de qualquer autonomia, mesmo de carácter económico. Para a resolução de um problema mesmo dos mais prementes (água, luz, esgotos) se teria de recorrer às camaras municipais. Esta situação fomentava a nível da população a ideia da sua incapacidade na resolução dos seus problemas, e consequentemente e necessidades da sua organização.

Esta política de centralização fazia aparecer a cultura como uma verdade universal e neutra, e na posse dos iluminados: «os cultos», para os restantes estava-lhes reservado o «direito a trabalhar de sol a sol», uma vez que «nem todos tinham cabeça para serem doutores». Ou seja, a cultura estava na posse de uma classe, que para «bem do progresso» explorava e oprimia os trabalhadores.

Paralelamente havia a actividade religiosa com uma dinâmica bastante grande, esta caracterizada pelo obscurantismo e alienação das populações, tomando o papel de um dos maiores pilares do regime; aparecendo-nos assim e em grande número de casos, o pároco de uma população como o senhor feudal (politicamente e culturalmente) e a religião como um remédio para todos os males.

A seguir ao 25 de Abril, tornava-se evidente a necessidade e a possibilidade de modificar o esquema de funcionamento da animação sócio-cultural, e avançar numa política que preenchesse as imensas lacunas até então existentes. Tal não se verificou, tendo os governos posteriores ao 25 de Abril esquecido tal situação, e as suas poucas iniciativas quase sempre falharam ou por falta de objectivos ou por oportunismo.

Por outro lado há a saldar positivamente certas iniciativas, que embora sem apoio governamental (com restrições por isso mesmo à partida) mostraram desde logo um primeiro passo na vontade de modificar tal situação, pecando no entanto por falta de reflexão, discussão e intercâmbio de experiências; são exemplos os casos de criação de grupos amadores de teatro, centros culturais, bibliotecas, associações populares com fins culturais, etc. Algumas iniciativas falharam, umas devido ao já exposto, outras devido à tentativa de utilização da animação cultural como meio de divulgação de uma linha política, não se olhando a meios para atingir fins.



II - Importância da alfabetização na animação cultural

Pretendemos ter feito uma análise muito superficial do que foi o desenvolvimento cultural em Portugal.

No número anterior tinham-se feito algumas considerações sobre a situação da alfabetização em Portugal, pretendemos seguidamente fazer uma análise da importância e contributo da alfabetização na animação cultural duma comunidade.

Quando se pensa em alfabetização não é nem pode ser sinónimo de aprender a ler e escrever, o papel de consciencialização e esclarecimento dos alfabetizandos é tarefa prioritária do alfabetizador, caso este queira ter resultados positivos.

Alfabetizar sem se explicar por que se alfabetiza e porque há analfabetos, alfabetizar sem ter em conta as realidades locais, alfabetizar sem focar os problemas mais importantes de uma comunidade não é mais do que esquecer toda a realidade portuguesa, a apatia em que se encontra a maior parte do povo português e contribuir para o seu obscurantismo.

Para que esta acção seja consequente é preciso que o alfabetizador tenha conhecimento dos aspectos político-económicos, culturais e religiosos e ainda dos costumes do meio, onde pretende alfabetizar. Como se torna evidente se este estiver inserido nessa comunidade o trabalho de animação estará logo à partida mais facilitado devido à sua identificação com esta, e por sua vez com possibilidade de menores erros.

Pelo que foi dito o alfabetizador não poderá ter o mesmo papel que o professor tradicional, visto que são totalmente diferentes os seus fins: enquanto que o primeiro pretende ser um animador e dinamizador, não pretendendo sobrepor os «seus conhecimentos» ao alfabetizados, o segundo pretende despejar a «sua matéria», sendo os alunos obrigados a recebê-la sem discussão e acriticamente.

Como se torna evidente o método de trabalho a utilizar será diferente do das aulas tradicionais: o trabalho em grupo sobrepor-se-à ao individual, a discussão colectiva ao «marranço», a dinâmica das aulas deverá ser ditada pelos alfabetizandos e existirá uma troca de conhecimentos entre estes e o alfabetizador.



Intervenção

Intervenção

Intervenção

Inter - venção

Intravenção

Intervenção



Todo este trabalho tem como fim a consciencialização em que os alfabetizandos tomem conhecimento das suas possibilidades de organização, forma autónoma de actuação, para além da sua necessidade de evolução cultural com vista à sua emancipação e à comunidade onde está integrado.

Assim, e como complemento a este trabalho, aparece-nos a pós-alfabetização e criação de centros culturais como forma de suprimir algumas carências neste campo.

A pós-alfabetização terá assim um papel importantíssimo, tanto para a aquisição de conhecimentos ligados com a sua vida do dia a dia, como ainda para a resolução de alguns problemas surgidos no seu trabalho. Poderão ainda ser abordados muitos mais temas com interesse: história local e regional como meio de compreensão da evolução da sociedade, geografia física e humana, recolha de literatura popular com interesse para a criação e levantamento de uma verdadeira cultura popular. De notar que neste campo as experiências são mais reduzidas que as de alfabetização, existindo muito pouco de concreto àcerca de um tal programa e a necessidade como se torna evidente da sua elaboração.

Em relação aos círculos culturais este surgirão sempre que os alfabetizandos ou pós-alfabetizandos necessitem de esclarecer e aprofundar certos assuntos que não puderão ser tratados sem estudo prévio. Estes serão feitos em grupo, podendo o animador integrar-se ou não, nestes círculos.

Pelo exposto, poderão tirar-se conclusões acerca da importância da alfabetização e animação e a necessidade urgente da elaboração de uma política de animação cultural.

Um grupo de alfabetizadores do centro do país.

CENTRO SOCIAL

OS TRABALHADORES SOCIAIS

A COMUNIDADE EM QUE SE INSEREM

Não se pretende nestas linhas fazer um estudo sobre o que tem sido, na maioria dos casos a função do Centro Social e das suas causas; das relações entre o modo como actua –interactua– com a vida da população e a política estatal.

Esse estudo é importante que se faça, no entanto aqui, por questões de conhecimento do assunto, espaço, tempo e acessibilidade do texto vamos-nos somente referir à forma prática e concreta pela qual, julgamos, se deve revestir a interacção entre um Centro Social e a Comunidade a que está ligado.

O Centro Social (através da acção unificada dos diferentes trabalhadores sociais) tem de existir e actuar como factor desalienante e estruturador da população que serve.

A sua voz não deverá ser outra senão a das populações, a sua orientação não será paternalista, nem caritativa mas no sentido de tornar possível uma vida comunitária onde todos os indivíduos (crianças, jovens, adultos e terceira idade) participem de facto e se tornem capazes de ultrapassar formas individualistas de viver, em direcção a uma organização popular transformadora da colectividade no aspecto material e em consequência espiritual.

Apesar de subjacente no afirmado é bom reafirmar que segundo este tipo de orientação, nunca através da sua prática, deverá o centro social contribuir para adaptar a comunidade a formas de vida precárias e desumanas através da demagogia, de paliativos ou de quaisquer outros processos «adormecedores».

Na realidade como poderá o centro social actuar de forma a ser, de facto, um factor desalienante e estruturador da população? Só conhecendo e ouvindo a Comunidade.

Misturando-se nas suas gentes para saber a sua vida:

O que fazem. Porque o fazem?

Como vivem. Porque vivem assim?

Têm transportes? Têm água, gás e luz? Têm assistência médica e creches?

Quais são as condições de abastecimento alimentar? Quantidade, qualidade e poder de compra?

Como se organizam para fazer face a esses problemas?

Como sentem essas dificuldades? Como as tentam superar?

Culturalmente quais são as suas actividades?

Qual a percentagem de analfabetos?

Qual a percentagem de delinquência juvenil, crime, droga, roubo, etc.?

Há um mundo de questões a conhecer! Necessário se torna pois tomar contacto directo com toda essa realidade e conhecer-lhe as causas.

A partir do conhecimento objectivo das condições de vida e o que as determina, devem-se organizar os trabalhadores sociais para, na sua interacção com a população local facilitar ou despertar, da forma possível na circunstância, a acção transformadora da Comunidade.

É necessário que todo o trabalhador social se capacite da importância da sua acção – tanto na possibilidade que tem de contribuir para a manutenção do imobilismo e apatia de uma Comunidade, como para o inverso, isto é, ter um papel decisivo como detonador da dinâmica dessa mesma comunidade.

A sua acção, que fique bem claro, deve ser inequívoca no sentido de alterar as condições materiais da vida das pessoas para quem trabalha. Assim poderá consequentemente ter forte acção na modificação das estruturas mentais das pessoas ao contribuir para demonstrar que não é o medo nem o preconceito que mudam as situações para melhor, mas sim que a organização popular com a colaboração e o esforço de cada um – incluindo a recuperação para essa tarefa dos marginais– é que torna possível a alteração da qualidade de vida.

Apesar de termos dito no início que nos limitaríamos somente à função prática e global do centro social julgamos importante não terminar sem referir uma outra questão importante: referimo-nos à organização dos trabalhadores sociais, às suas possibilidades e às suas condições de trabalho.

Devem pois os trabalhadores sociais unificar a sua acção para que os diversos centros sociais não estejam também desligados, mas, pelo contrário, unidos através de uma estrutura que os aproxime e lhes dê significado, objectivo que só esporadicamente têm tido até aqui.

Há que dar ao trabalhador social, digamos mesmo, Educador Social, a sua dimensão, quer trabalhe com crianças, jovens, adultos ou terceira idade.

RESPOSTA AO D. G. FAOJ

Embora não seja este o tipo de «polémica» que a «Intervenção» pretende fomentar, na medida em que não se avança qualquer tipo de propostas, perspectivas alternativas de trabalho.
Acedemos à sua publicação visto o autor usufruir do direito de resposta.

A Redacção

No seu primeiro número, a Revista Intervenção publica uma entrevista feita ao Director-Geral do FAOJ, Professor Trovão do Rosário, cujo principal tema é a Animação Sócio-Cultural e a acção que aquele organismo desenvolveu ou pretende desenvolver nesse domínio. Vejo-me obrigado a responder a essa entrevista, pelo que ela contém de falso, de golpismo, de oportunismo e de incorrecto ou deturpado. Digo que me vejo na obrigação de responder, porque o Director-Geral da FAOJ se refere concretamente ao meu trabalho e à minha pessoa.

Previamente, gostaria de clarificar que se respondendo às declarações que são feitas na referida entrevista, não o faço atendendo a qualquer espécie de crédito ou de consideração que me mereça o Prof. Trovão do Rosário, uma vez que para mim não representa qualquer novidade aquele tipo de procedimento, e faço-o em função do esclarecimento que devesse prestar às pessoas interessadas em Animação, que eventualmente leram a entrevista com aquele «responsável».

Eis as questões que necessitam de correcção:

1) O Director-Geral começa por afirmar que «não havia efectivamente uma actividade de Animação Cultural». A pessoa que o diz, subcreveu um documento, resultante de um Encontro com colaboradores seus, efectuado em 1975, em que a única referência à «Animação» é do seguinte teor: «Genericamente definiu-se Animação como um conjunto de actividades» consequentes, com vista a uma mais larga participação da objectividade na determinação dos seus objectivos». Evidentemente que não valerá a pena ninguém debruçar-se sobre tamanha vida-de, porque chegará sempre à conclusão que aquela «definição» apenas define a incompetência e a incapacidade de quem a elabora ou subcreve. Este pequeno exemplo serve apenas para ilustrar a afirmação (desta feita, minha) de que não reconheço ao Prof. Trovão do Rosário, qualquer espécie de autoridade para perceber o que é ou o que não é Animação Cultural. Poderia fornecer exemplos muito mais recentes, na medida em que, entre os meses de Agosto de Dezembro de 1976, perdi (é o termo) muitas horas em conversas com esse Director-Geral, para lhe tentar explicar algumas das questões básicas que se colocam à Animação e aos Animadores.

O mais curioso, é que o Prof. Trovão do Rosário afirma que «a grande maioria dos grupos eram conhecidos quando faziam e pedido e não eram acompanhados depois deste satisfeito através da atribuição do subsídio», mas esquece-se de dizer que está a fazer uma autocritica. O actual Director do FAOJ, antes de ser nomeado para aquele cargo, era Chefe da Divisão de Actividades de Férias e Ar Livre e foi responsável pelas mais lamentáveis actividades que o FAOJ promoveu ou apoiou, tendo sido inúmeras vezes criticado e chamado à atenção pela falta de planificação correcta e regressiva das actividades que propunha ou levava a efeito e pelo favorecimento da «subsidiomania» que agora critica (mas continua a praticar e de que maneira!) Não entendo

porque é que o Prof. Trovão do Rosário não se dedica à ginástica, que foi para isso que estudou, e persiste na problemática da Juventude, que bem merecia melhor sorte.

2) O Director do FAOJ diz a seguir que «não existe nenhuma divisão de animação; existe uma divisão de Formação, que em parte, por sugestão minha na altura — foi responsabilizada também por actividades de Animação».

Se, no presente momento, não há nenhuma divisão de animação no FAOJ, é porque o Prof. Trovão do Rosário fez tudo para acabar com ela. Relativamente à sugestão a que se refere, não corresponde de forma nenhuma aos factos de que tenho conhecimento (e no entanto, esses factos passaram-se comigo).

Desde que o FAOJ foi criado e até Novembro de 1975, as questões relativas à Animação estavam afectas à Divisão do Sr. Prof., e para tal existia um sector que se chamava de Animação de Férias. Do que foi a actividade desse sector não tenho espaço para descrever.

Apenas direi que o seu principal objectivo era a criação de Centros de Animação que deviam ser implantados «em locais onde mais necessário seja trazer os jovens ao mundo» «Não, não é ironia minha, é a citação do documento que divulgava a actividade desse Sector). Os responsáveis por tal sector, directamente dependente do Prof. Trovão do Rosário, ainda tiveram tempo de «pensar» que era necessário «trazer jovens ao mundo» em seis bairros de lata de Lisboa. Deitaram mãos à obra e plantaram seis Centros de «Animação» que gastavam «só» trezentos contos por mês (trabalhando nos horas das repartições públicas — e felizmente que não trabalhavam mais horas), cuja actividade está sobejamente documentada num dossier, que será oportunamente publicado, com muitos outros elementos referentes à experiência de Animação do FAOJ. Os responsáveis por essa inconcebível experiência (que só teve aspectos negativos — embora tenha sido fortemente criticada, no momento oportuno, por uma equipa na qual me integrava) são hoje os responsáveis do FAOJ pelo Distrito de Lisboa. Doi um prémio bem merecido! São os tristes antecedentes, em Animação, da Divisão de Formação Técnica. Pode-se começar a ficar com uma ideia acerca da legitimidade do Prof. Trovão do Rosário, quando fala de Animação Cultural.

Em Novembro de 1975 começou a funcionar a Divisão de Formação Técnica que, embora estivesse prevista na estrutura do FAOJ, não existia de facto. Essa Divisão funcionou em pleno, durante escassos nove meses. Nesse período os elementos dessa nova Divisão foram, pelo menos, três vezes a cada um dos distritos e chegaram-se a efectuar sete actividades simultâneas, em sítios diferentes. Foi proporcionado um primeiro grau de formação a cerca de trezentos e cinquenta animadores e trabalhou-se directamente com cerca de três mil pessoas. A divisão dedicou-se exclusivamente à Animação Cultural (Sócio-Cultural e Sócio-Educativa) e à Formação

de Animadores. Esta opção não teve nada a ver com o Prof. Trovão do Rosário. Um curso ou um estágio para animadores, requeria uma enorme equipa orientadora e de enquadramento, na medida em que os participantes eram divididos em quatro ou cinco pequenos grupos, que funcionavam simultaneamente em actividades diferentes (que iam desde a carpintaria até aos meios audio-visuais, passando pelas mais diversas formas de expressão cultural e sessões de reflexão teórica).

Por exemplo, em Junho de 1976 estávamos a formar cento e cinquenta animadores, divididos por três cursos com objectivos distintos, que funcionavam ao mesmo tempo. Todo este esforço foi efectuado por equipa de cinco técnicos (funcionários do FAOJ), por uma equipa de animadores (contratados a tempo inteiro) cujo número variou entre seis e catorze e finalmente, por uma equipa de especialistas (colaboradores externos) que eram contratados eventualmente, conforme as necessidades. A maioria das pessoas que trabalharam nessa Divisão (Técnicos, animadores e colaboradores) durante nove meses (De Novembro de 1975 a Julho de 1976) quase não tiveram dias de descanso (uma vez que todos os fins-de-semana estavam ocupados) e em certos períodos (por vezes, com duração de um mês) chegaram a trabalhar 15 horas diárias. Muitos dos distritos, pelo primeira vez tiveram oportunidade de trabalhar com uma equipa dos Serviços Centrais do FAOJ. Simultaneamente com este trabalho, o Prof. Trovão do Rosário organizava colónias de férias à distância, com os critérios mais obtusos que é possível alguém imaginar.

Assim, quando o Director-Geral do FAOJ diz que «é um problema nesta casa a questão da animação e está a ser reformulada, se é que alguma vez foi bem formulada», deve perceber-se que o problema é outro, ou seja, trata-se de não permitir (usando todos os meios) que alguém venha pôr em causa a mediocridade elevada daqueles que actuam e pensam ao nível do Prof. Trovão do Rosário.

3) Quando se diz na entrevista que «apesoado que se responsabilizava pela Divisão da Formação Técnica ficou de em 8 dias, informar quais os animadores formados — de facto — nos vários distritos. Essa resposta nunca foi dada» trata-se de outro turque do Sr. Professor. Essa pessoa a que o Director do FAOJ se refere, sou eu. É verdade que, em reunião de delegados regionais, me foi pedido que enviasse essas listas de animadores formados, ao que eu acedi. Mas ficou também assente que uma equipa da Divisão de Formação Técnica se deveria deslocar a cada um dos distritos, para efectuar reuniões com os novos delegados regionais e seus colaboradores, para se tratar de problemas relativos à Formação de Animadores e à análise das actividades desenvolvidas pelos animadores já com um primeiro grau de conhecimento.

Após essa reunião de delegados regionais, teve-se conhecimento de algumas alterações radicais, no que respeita à Divisão de Formação

Técnica, que vieram alterar todas as perspectivas e planos anteriormente delineados. Refiro-me ao facto de se ter tido conhecimento de um Despacho do Secretário de Estado da Juventude e Desportos, que determinava o meu afastamento do FAOJ, assim como o dos doze elementos da chamada Equipa Nacional de Animadores. Esse despacho tinha estado retido durante mais de um mês pelo Prof. Trovão do Rosário, que entendeu arbitrariamente divulgá-lo apenas no próprio mês em que o afastamento se deveria concretizar. Como se vê, é tudo muito limpo e correcto. Esse facto veio a tornar impossível a deslocação prevista, pelo que entendi (após reunião com os diversos elementos da divisão) não enviar as listas. Informei o Prof. Trovão do Rosário dessa decisão, por várias vezes, oralmente e por escrito. Aliás, não fazia qualquer espécie de sentido fornecer esses elementos, uma vez que os animadores formados pela Divisão de Formação Técnica sempre foram recrutados pelas Delegações devem saber melhor que os serviços centrais quais as pessoas que escolheram para frequentar cursos e qual a sua actividade após os cursos. Admito que surgissem dúvidas, na medida em que os delegados regionais do FAOJ foram todos substituídos após a nomeação do actual Director-Geral do FAOJ, mas deram-se tantos equívocos nesse período de transição (despedimentos de animadores regionais, etc) que não me permiti a favorecer ainda mais a confusão, sem ter possibilidades de esclarecer e discutir «in loco» estas questões.

4) Diz também o Prof. Trovão do Rosário que «existia uma nomeada Equipa Nacional de Animadores e que deixa de prestar colaboração ao FAOJ por decisão do Secretário de Estado da Juventude e Desportos...» É o costume. Em tudo aquilo que o Director do FAOJ não tem argumentos sólidos, costuma dizer que é por decisão do Secretário de Estado. Diz muitas vezes que não está de acordo mas que não pode fazer nada. Várias vezes me foi dito, em último recurso (e felizmente com testemunhas), que «o Secretário de Estado tem mau feito». Os delegados regionais foram substituídos e o Director do FAOJ não teve nada a ver com isso, nem sequer os conhecia: foi o Secretário de Estado. As actividades de Formação de Animadores foram suspensas em Agosto de 1976, e o Director do FAOJ não teve nada a ver com isso: foi o Secretário de Estado. As informações e propostas da Divisão de Formação Técnica ficavam sem resposta, e o Direc-

tor do FAOJ não tinha nada a ver com isso: era o Secretário de Estado que as atirava para um parapeito da janela (que acabou por ficar célebre, na divisão) sem sequer as ler. A Equipa Nacional de Animadores é fastada e o Director do FAOJ não teve nada a ver com isso: foi o Secretário de Estado. O responsável pela criação da Divisão de Formação Técnica é impedido de tomar posse do cargo e depois afastado, e o Director do FAOJ não teve nada a ver com isso: foi o Secretário de Estado. Isto foi ao ponto do Director do FAOJ se queixar (em plena reunião com todos os técnicos da Divisão de Formação Técnica) de que não concordava com o facto do Sr. Secretário de Estado andar a distribuir enrrmes verbas do FAOJ (estávamos em plena campanha eleitoral para as autarquias) nas suas viagens pelo país. Outra das queixas feita nessa reunião, foi a de que o Sr. Secretário de Estado permitia que alguns Srs. Delegados Regionais resolvessem os seus assuntos em linha directa com ele próprio e portanto à revelia dos serviços centrais do FAOJ (deu mesmo um exemplo, relativo ao Porto). E nestes últimos casos, dou razão ao Prof. Trovão do Rosário, porque também não concordo e bem posso dizê-lo porque me aconteceram casos destes, enquanto fui responsável pela Divisão de Formação Técnica. Conclusão: não percebo como é que o Governo permite a manutenção de situações de tão flagrante divergência, entre um Director-Geral de Estado de que aquele está dependente.

5) Relativamente à afirmação de que «as actividades que se iam desenvolvendo e apoiando, eram estudadas caso a caso mas conhecimento que existia, era o conhecimento que se podia deduzir de um ofício por vezes de 5,6 linhas em que se referia o nome do grupo, a actividade que ele desenvolvia e por aqui ficávamos» é completamente falsa, em relação à Divisão de Formação Técnica (e Animação). Existem no FAOJ milhares de páginas de relatórios correspondentes às análises das actividades formativas que se realizaram, e à descrição pomenorizada (com diversos documentos e fotografias) de experiências levadas a efeito por grupos dos 22 distritos do país, que foram acompanhados e apoiados metodologicamente pela Divisão. Muitas vezes o Prof. Trovão do Rosário se queixou de que a Divisão elaborava documentos escritos demasiado longos. Deve deduzir-se, portanto, que naquela afirmação o Director do FAOJ está mais uma vez a fazer autocritica.

E se está a fazer autocritica esquece-se de fazer referência à mais apurada mediocridade dos documentos pelos quais era responsável (de que nesta carta já se deram dois exemplos).

6) Finalmente, quanto ao trabalho dos animadores da Equipa Nacional, diz-se «não concordo que fiquem aqui, numa sala, sem ter um trabalho diário». Remeto os leitores para alínea 26 em que se explica muito sinteticamente o que foi o trabalho da Divisão de Formação Técnica. Obviamente que os animadores nem tinham tempo de parar em Lisboa, quanto mais de estarem numa sala dos Serviços Centrais. Resta acrescentar que na Divisão de Formação Técnica ninguém tinha o apurado sentido de funcionário público do Prof. Trovão do Rosário que, impecavelmente e diariamente sai às 17.30 h embora ocupe o cargo de Director-Geral. É evidente que a partir do momento em que se suspendem as actividades formativas e se impediu em todos os sentidos a actuação da Divisão, os animadores se viram obrigados a ficar numa sala durante uma parte do seu tempo de trabalho (e mesmo nesse período, ainda se fez bastante trabalho externo), só que nunca estiveram sem um trabalho prático diário. Se ue prender uma pessoa dentro de uma sala que só abro passados três dias e a acusar de ter passado todo aquele tempo naquele sitio, estou a ser golpista. É a «técnica» utilizada pelo Prof. Trovão do Rosário.

Muito mais haveria a dizer, mas já gastei demasiado espaço. Quero terminar com duas pequenas informações:

1) O afastamento da equipa da Divisão de Formação Técnica do FAOJ foi de tal forma incorrecto que deu azo a exposições documentadas entregues às seguintes entidades: Provedor da Justiça, Presidência da República, Conselho da Revolução, Assembleia da República, Gabinete do Primeiro-Ministro e Ministerio da Educação e Investigação Científica.

2) Oportunamente será publicado um livro da experiência tornada possível no FAOJ, no período anterior ao reinado do Prof. Trovão do Rosário.

Esse livro será profundamente documentado.

Lisboa, 17 de Fevereiro de 1977
Com os melhores cumprimentos,

ORLANDO GARCIA

BREVES

O secretário de Estado da Juventude e Desportos acompanhado pelos directores-gerais dos Desportos e FAOJ, deslocou-se a Estrasburgo com o fim de estreitar relações com o Conselho da Europa, sem consequência do qual se deslocou a Portugal um especialista daquela organização internacional. Houve encontros deste especialista com os vários responsáveis dos organismos ligados à Animação.
INTERVENÇÃO não pode adiantar mais já que nenhum animador esteve presente nessas reuniões, se bem que pareça que o objectivo era o de analisar a situação portuguesa e a eventual colaboração que o Conselho da Europa possa prestar, na definição e concretização duma política cultural, que pressupomos conducente a uma

«democracia cultural», mas em que pelos vistos os animadores não têm possibilidades de participação. Para que conste!

Realizou-se nos dias 16 e 17 de Fevereiro um encontro de entidades estatais realizadoras de C. Férias. Estiveram presentes representantes do FAOJ, IASE, IDS, IFAS, Misericórdia, Ministério da Justiça, P.S.P. e G.N.R.
Esta Reunião destinava-se à articulação futura dos diversos organismos presentes.

— Realizou-se nos dias 18, 19 e 20 de Março nas instalações do I.S.E.F., um Encontro de Sensibilização Desportiva para Animadores Sócio-Educativos, com a presença de 50 elementos, vindos dos mais variados pontos do país. Promovido pela D.G. Desportos e pelo F.A.O.J., este Encontro constituiu uma iniciativa de grande

interesse à qual deveria ser dado apoio continuado e direito, segundo as próprias palavras dos participantes.

— Dias 26 e 27 de Março, teve lugar nas instalações do I.S.E.F., um Encontro de Educação Física Infantil, promovido pela D.G.D.

A D.G.D. vai organizar, durante o mês corrente, cursos para animadores desportivos em Lisboa, Porto e Beja.

A Direcção Geral da Acção Cultural é segundo o programa do Governo Constitucional, o Organismo responsável pela animação cultural. Neste sentido INTERVENÇÃO solicitou uma entrevista ao Director Geral. Este anuiu ao nosso pedido, não sendo contudo possível, devido a problemas de organização interna desta Direcção Geral estar pronta à data de saída deste número de INTERVENÇÃO. Esperamos apresentá-la no próximo número.

OS LEITORES DE INTERVENÇÃO ESCREVEM

Amigos,
Os meus parabéns pela concretização de um sonho.
A revista tem óptima apresentação e o conteúdo promete.

Gil Manso – Setúbal

Amigos,
Com interesse, muito mesmo, pela vossa iniciativa, apressom-me a aderir a ela... para um intercâmbio, ou pelo menos um contacto com o trabalho dos outros em termos de actividade cultural. A «Presença» dos outros é um estímulo, e a certeza de que na verdade não estamos sós.

Os meus votos de bons resultados na VIA que escolheram para a ajuda das nossas comunidades.

D. Pombo – Açores

Caros amigos,
Recebi a vossa circular e gostei de saber que finalmente fora criada uma revista de animação sociocultural neste País.

Por mim poderão estar certos que darei todo o apoio tanto em colaboração como no arranjo de assinaturas... Entretanto já estou debruçado sobre um artigo para a «Intervenção» que historia a vida cultural na Madeira. UM abraço.

Rogério Prioste – Madeira

.. Pois eu como membro da Casa de Cultura de Mértola, e responsável pelo teatro, é triste que lhes diga que, em Mértola, não se consegue fazer teatro, pois não há pessoal para isso. No entanto, Mértola ainda tem à volta de duas mil pessoas... Com isso não acredito que em Mértola não se possa fazer teatro, pois antes da Casa da Cultura existir já se tinha feito teatro do qual eu fazia parte, embora com muitas dificuldades, pois não havia material algum. É com bastante pena que lhes escrevo estas simples linhas, pois gosto muito de fazer e de ver teatro mas sozinho não o posso fazer. No entanto ainda não desisti e acredito que a Casa da Cultura de Mértola com a boa vontade de todos e com trabalho venha a fazer teatro...

Manuel L. Martins – Mértola

Que lhe parece se alguns grupos de teatro amigos aí fossem fazer uns espectáculos para lançamento da ideia?

Caros amigos... venho por este meio dar-vos o meu apoio e considerar-me desde já como assinante da vossa (nossa) revista. Manifesto, além disso a disposição duma possível colaboração.

José Alves Rodrigues – Vila Pouca de Aguiar

... Quanto ao possível apoio a prestar esclareço que... farei a requisição dos exemplares que achar necessários e a divulgação junto dos colaboradores locais, de modo que permita um número de assinaturas, assinalando por si mesmo o interesse que a mesma encontre junto de quem e para quem se dedica a animação sociocultural.

Por outro lado informo que desde já farei toda a divulgação que me for possível e bem assim enviarei a colaboração pedida sempre que a entenda necessária.

Delegação do Inatel – Viseu

Caros amigos,
... a vossa revista «Intervenção», que é, sem dúvida, um meio essencial para o intercâmbio cultural que se deseja neste País e, deste modo vem preencher uma lacuna existente no âmbito da animação sociocultural.

Dou, desde já o meu total apoio a tão louvável iniciativa e entranto como assinante pelo prazo de um ano.

Tentarei colaborar convosco, futuramente através de textos, de relatos de actividades deste distrito, etc.

Despeço-me de todos vós, com saudações culturais.

Orlando F. Mourão – Vila Real

... Fiquei desiludido com o 1.º número de «Intervenção». A revista não se soube definir, situar. É uma misturada. Deus e o Diabo juntos.

... Sinceramente, a revista tem pouco por onde se lhe pegue, 80% é mediocre. Por ex., passam a vida a

falar em «classes desfavorecidas» – para animadores – é um bocado surpreendente.

Desculpem dizer isto assim, mas se continua na mesma linha, será bastante um exemplo do que não deve ser, uma revista de animação. E atenção, porque é uma ideia bastante generalizada... um abraço.

Orlando Garcia

A Comissão de moradores de Atibá, luta há cerca de dois anos para transformar este lugar, sito na freguesia do Estoril. Apesar de se situar numa zona turística é uma povoação com carências de toda a espécie (já solucionámos uma: o esgoto). Os lugares que se situam no interior, caso de Atibá são o inverso do litoral, contrariam a opinião de há muito generalizada, a qual é: ser a área privilegiada.

Não admira! – Pois o litoral é a grande fachada que esconde as tristes realidades existentes no concelho de Cascais.

Com a nossa persistência e abnegação conseguimos algo de positivo. O saneamento de Atibá e na parte futura por onde se espriará a povoação, já é uma realidade.

As Comissões Administrativas que existiram na Câmara, por sinal saneadas, compreenderam e sentiram as nossas carências e anseios, tanto assim que dentro do possível nos deram bastante apoio.

Delegaram numa equipa de técnicos para nos elaborarem um Plano Urbanístico, o qual recupera toda a construção clandestina. Mas... não há maneira do mesmo ser oficializado apesar de já ter ido à Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização e à Secretaria de Estado da Habitação e, o parecer desta Secretaria ter sido favorável.

Nós próprios iniciámos, com a colaboração de vários moradores, a construção de balneários públicos com instalações sanitárias para ambos os sexos e, sala, para reuniões, minibiblioteca e projecção de filmes para crianças. Infelizmente a usa construção ficou a meio por a Câmara ter deixado de nos dar os materiais necessários para acabamento.

Além de desmobilizados estamos desanimados e sem disposição para prosseguirmos no que nos propusemos realizar.

Áh! O citado Plano, conforme nossa sugestão, considera a existência «futura» de: parque desportivo, cheche, escolas, colectividade com sala para espectáculos vários, zonas verdes ou jardins.

Batemo-nos denodadamente pela pavimentação da estrada de acesso e ruas. A participação já foi pedida há mais de um ano. Não há maneira de vermos o início das pavimentações.

Nós, comissão de moradores, somos leigos em toda a acepção da palavra. Não temos nem sabemos como será possível, ter a colaboração de monitores, animadores ou educadores para que seja possível um trabalho válido, nem sequer temos possibilidades monetárias. Até existe aqui necessidade de alfabetização mas, não temos gente à altura desse trabalho.

Do pouco que realizámos, para já e para futuro é natural que, no ou num futuro próximo seja considerado válido, o fruto da luta por nós desenvolvida.

Somos um grupo muito reduzido que, pensou transformar a comunidade onde reside, a caminho do progresso, contribuindo assim para uma sociedade mais justa mas... mais não podemos realizar.

Comissão de Moradores de Atibá –
Freg. do Estoril

... Recebemos a vossa revista e realmente achamo-la bestial, com um conteúdo progressista, de interesses para a classe trabalhadora. Apenas um reparo, é que o preço avulso não é acessível para aqueles que trabalham e que não ganham o suficiente para usufruir da regalia de comprar essa revista.

... Apoiamos a vossa iniciativa e daremos a divulgação que estiver ao nosso alcance.

A Comissão de Moradores do Bairro
Prefabricado (do relógio) – Lisboa

ARSTA – ASSOCIAÇÃO REGIONAL
DE SANTARÉM
DO TEATRO DE AMADORES

Assunto: DIA DO TEATRO DE
AMADORES

Caros amigos,
Com pedido de publicação, apre-

sentamos o primeiro comunicado sobre as comemorações do DIA DO TEATRO DE AMADORES promovidas pela ARSTA:



Comemora-se de Norte a Sul de Portugal o DIA DO TEATRO DE AMADORES – dia 21 de Março.

A APTA – Associação Portuguesa do Teatro de Amadores – único organismo que nos representa, tem procurado, numa acção cheia de condicionalismo e limitações, descentralizar os seus serviços de apoio e desenvolvimento do teatro de amadores na província, através da criação de Associações Regionais autónomas a partir de organizações populares e de base.

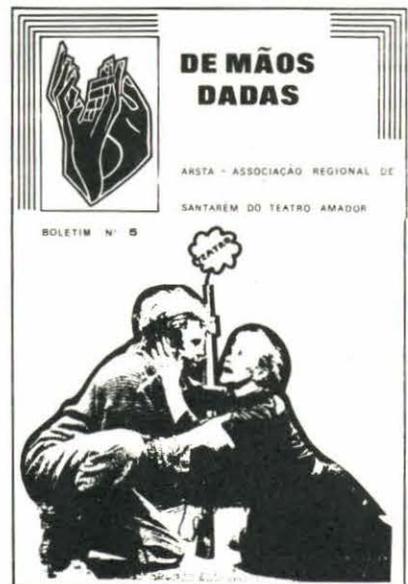
Tal é o caso de Setúbal, Santarém, Porto, Évora, Beja, Portalegre, Torres Vedras, Montemor-o-Velho e Viseu, além de outros locais, onde já existem ou estão em formação movimentos associativos que só se conseguirão manter e proliferar se forem dadas à APTA condições de trabalho adequadas, para que esta possa atender as exigências socioculturais de regiões completamente desfavorecidas e ignoradas.

O Teatro de Amadores sempre foi, é, e continuará a ser, uma arma poderosa ao serviço da emancipação cultural do Povo Português, estando disposto a lutar contra o boscurantismo que herdámos, mesmo que, nalguns sectores com responsabilidades, não haja interesse em promover ou facilitar a justa luta popular que travamos pelo direito à cultura, através do teatro.

A ARSTA – Associação Regional de Santarém do Teatro de Amadores – abrangendo já no seu raio de acção cerca de 40 grupos, vai, com o apoio da APTA, FAOJ e Câmara Municipal, realizar as comemorações do DIA DO TEATRO DE AMADORES, e 26 e 27 de Março, na cidade de Santarém, com diversos espectáculos para crianças, dois espectáculos para adultos, uma exposição alusiva à actividade de cada grupo, um cortejo pelas ruas da cidade e um colóqui subordinado ao tema o TEATRO DE AMADORES AQUI E AGORA.

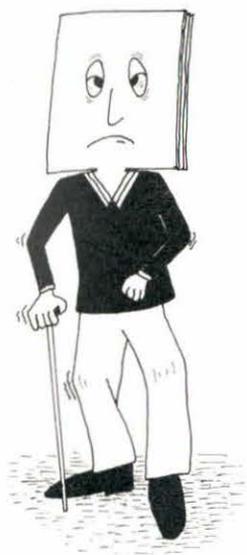
Quando, 3 anos depois do 25 de Abril de 1974, quase nada se fez pela descentralização cultural e a situação dos trabalhadores amadores do teatro continua a ser a mesma, cotada ao abandono; quando, 3 anos depois, a APTA continua a bater à porta dos Ministérios, sem ser atendida; quando, 3 anos depois, se continua com difícil acesso à informação... sabemos e estamos conscientes que só unidos venceremos e, assim, apelamos para que todos estejam connosco nas comemorações nacionais do DIA 21 de MARÇO.

Os GRUPOS DA REGIÃO DE SANTARÉM manifestam neste comunicado a intenção inabalável de tomarem o TEATRO como serviço público, pondo-o indubitavelmente no caminho que levará a melhorar as condições de vida do POVO PORTUGUÊS que somos.



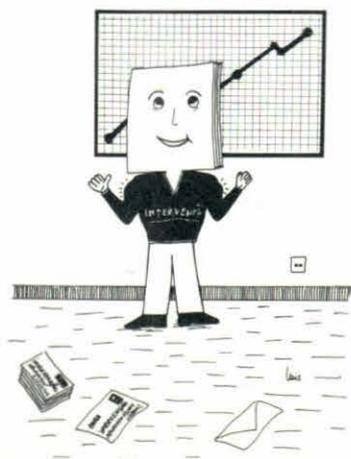
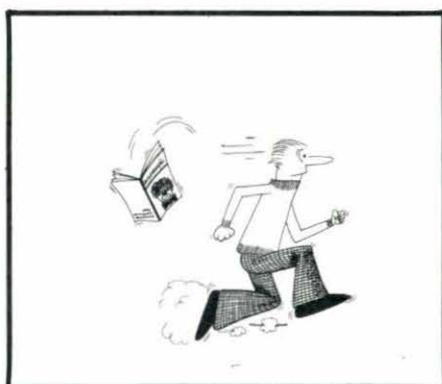
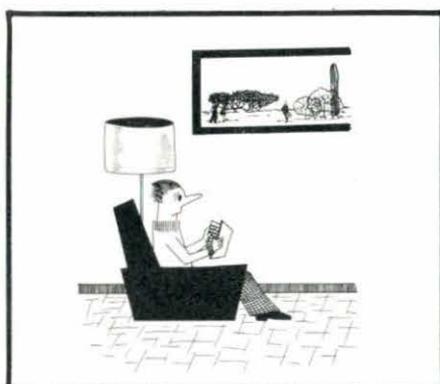
Saudamos o Teatro! Saudamos a Revolução!
ARSTA

CAMPAHA DAS MIL ASSINATURAS



A SOBREVIVÊNCIA
DE INTERVENÇÃO
ESTÁ NAS TUAS MÃOS

eis o que deves fazer



ENVIA O TEU PEDIDO DE ASSINATURA JUN-
TAMENTE COM A RESPECTIVA IMPORTÂNCIA EM
CHEQUE OU VALE DE CORREIO PARA

INTERVENÇÃO
APARTADO 21064
LISBOA-2